

# BANCO BNP PARIBAS BRASIL DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS EM IFRS

Referente aos exercícios findos em  
31 de Dezembro de 2019 e 2018 e  
Relatório dos Auditores Independentes



**BNP PARIBAS**

O banco  
para um mundo  
em mudança

## ÍNDICE

---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....	3
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 .....	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 .....	7
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 .....	8
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 .....	9
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 .....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 .....	11



Aos Administradores e Acionistas

Banco BNP Paribas Brasil S.A. e empresas controladas

## Opinião

---

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BNP Paribas Brasil S.A. e suas controladas (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”.

## Base para opinião

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

---

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2020.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes  
Contador CRC 1SP222767/O-3



**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO****Em 31 de dezembro de 2019 e 2018***(Em milhares de reais)*

<b>ATIVO</b>	<b>NOTA</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.713.157	6.583.125
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado</b>			
Instrumentos de dívida	6	2.209.419	1.250.359
Derivativos	7	690.213	607.055
Operações de crédito a instituições financeiras	10	-	322.213
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>			
Instrumentos de dívida	9	1.000.203	895.633
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>			
Instrumentos de dívida	6	1.972.460	1.380.119
Operações de crédito a instituições financeiras	10	6.694.741	8.207.570
Operações de crédito a clientes	11	7.707.235	7.205.503
Outros ativos financeiros	15	322.389	162.478
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	12	447.203	431.579
Ativos tributários correntes	12	42.013	33.297
Outros ativos	16	596.539	540.578
Ativos imobilizados	13	77.917	23.798
Ativos intangíveis	14	19.868	22.768
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b><u>28.493.357</u></b>	<b><u>27.666.075</u></b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Página 5

**BNP PARIBAS****O banco  
para um mundo  
em mudança**

**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de reais)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>NOTA</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado</b>			
Passivos financeiros	6	1.176.025	1.145.375
Derivativos	7	1.858.174	1.797.839
Obrigações por empréstimos e repasses	21	6.921.677	8.200.621
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>			
Depósitos de instituições financeiras	18	3.248.541	222.202
Depósitos de clientes	19	5.560.171	6.518.171
Títulos de dívida emitidos	20	5.416.399	6.224.675
Obrigações por empréstimos e repasses	21	135.357	111.715
<b>Provisões</b>			
Provisões para processos judiciais e administrativos e outras provisões	22	617.399	584.623
Provisões para perdas esperadas	22	19.952	22.866
<b>Obrigações fiscais</b>			
Imposto de renda e contribuição social - Diferidas	12	221.729	151.658
Dividendos		8.544	119.000
Outros passivos	23	406.198	348.509
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>25.590.166</b>	<b>25.447.254</b>
Capital Social		1.754.606	1.238.066
Reserva de lucros		1.052.858	890.523
Lucros acumulados		95.287	84.131
Outros resultados abrangentes acumulados		(5.970)	(248)
<b>Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores</b>	<b>24</b>	<b>2.896.781</b>	<b>2.212.472</b>
<b>Participações de acionistas não controladores</b>		<b>6.410</b>	<b>6.349</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.903.191</b>	<b>2.218.821</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>28.493.357</b>	<b>27.666.075</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de reais)

	NOTA	2019	2018
Receitas de juros e similares	25	1.883.896	1.996.473
Despesas de juros e similares	25	(1.192.732)	(1.184.859)
<b>Receita líquida de juros</b>		<b>691.164</b>	<b>811.614</b>
Perdas esperadas de ativos financeiros - operações de créditos a clientes	11	(2.371)	(3.076)
<b>Margem financeira após as perdas esperadas de ativos financeiros - operações de créditos a clientes</b>		<b>688.793</b>	<b>808.538</b>
Receitas de serviços e comissões	26	283.972	338.808
Despesas de serviços e comissões	26	(43.209)	(81.043)
Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros	27	8.424	619.227
Resultado de variação cambial		(51.041)	(626.630)
Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	28	44.089	10.096
Outras receitas operacionais	29	46.136	21.495
<b>Receita líquida/margem operacional</b>		<b>977.164</b>	<b>1.090.491</b>
Despesas de pessoal	30	(388.894)	(378.739)
Depreciação e amortização	13, 14 e 31	(33.346)	(7.051)
Outras despesas operacionais	32	(282.835)	(385.219)
<b>Lucro líquido operacional antes de imposto de renda e contribuição social</b>		<b>272.089</b>	<b>319.482</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	33	(28.417)	(4.796)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33	(59.129)	(44.516)
<b>Lucro líquido</b>		<b>184.543</b>	<b>270.170</b>
<b>Atribuível:</b>			
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		182.035	267.722
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		2.508	2.448

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Página 7



**BNP PARIBAS**

O banco  
para um mundo  
em mudança

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Lucro líquido</b>	<b>184.543</b>	<b>270.170</b>
<b>"Hedge" de fluxo de caixa:</b>	<b>1.577</b>	<b>(4.702)</b>
Variação de valor justo	2.867	(8.549)
Efeito fiscal	(1.290)	3.847
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	<b>(7.299)</b>	<b>2.113</b>
Variação de valor justo	(47.321)	4.720
Ganhos/(Perdas) transferidos ao resultado por alienação	34.050	(878)
Efeito fiscal	5.972	(1.729)
<b>Outros resultados abrangentes do ano</b>	<b>(5.722)</b>	<b>(2.589)</b>
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>178.821</b>	<b>267.581</b>
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	176.313	265.133
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	2.508	2.448

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Página 8



**BNP PARIBAS**

O banco  
para um mundo  
em mudança

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Outros resultados abrangentes					Lucros acumulados	Total patrimônio líquido - acionistas controladores	Total patrimônio líquido - não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de lucros	Disponíveis para venda	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meios de outros resultados abrangentes	"Hedge" de fluxo de caixa				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.238.066</b>	<b>851.662</b>	<b>40.940</b>	-	<b>(1.792)</b>	<b>93.735</b>	<b>2.222.611</b>	<b>5.581</b>	<b>2.228.192</b>
Mudança na adoção inicial do IFRS9	-	11.268	(40.940)	4.133	-	-	(25.539)	-	(25.539)
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2018</b>	<b>1.238.066</b>	<b>862.930</b>	-	<b>4.133</b>	<b>(1.792)</b>	<b>93.735</b>	<b>2.197.072</b>	<b>5.581</b>	<b>2.202.653</b>
<b>Total do resultado abrangente</b>									
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	267.722	267.722	2.448	270.170
Outros resultados abrangentes	-	-	-	2.113	(4.702)	-	(2.589)	-	(2.589)
<b>Destinações:</b>									
Reserva legal	-	13.866	-	-	-	(13.866)	-	-	-
Reserva estatutária	-	123.460	-	-	-	(123.460)	-	-	-
<b>Transações com acionistas</b>									
Dividendos	-	(109.733)	-	-	-	-	(109.733)	(1.680)	(111.413)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(140.000)	(140.000)	-	(140.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.238.066</b>	<b>890.523</b>	-	<b>6.246</b>	<b>(6.494)</b>	<b>84.131</b>	<b>2.212.472</b>	<b>6.349</b>	<b>2.218.821</b>
<b>Total do resultado abrangente</b>									
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	182.035	182.035	2.508	184.543
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(7.299)	1.577	-	(5.722)	-	(5.722)
<b>Destinações:</b>									
Reserva legal	-	8.544	-	-	-	(8.544)	-	-	-
Aumento de capital - Ingresso de recursos <sup>(1)</sup>	516.540	-	-	-	-	-	516.540	-	516.540
Reserva estatutária	-	153.791	-	-	-	(153.791)	-	-	-
<b>Transações com acionistas</b>									
Dividendos	-	-	-	-	-	(8.544)	(8.544)	(2.447)	(10.991)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.754.606</b>	<b>1.052.858</b>	-	<b>(1.053)</b>	<b>(4.917)</b>	<b>95.287</b>	<b>2.896.781</b>	<b>6.410</b>	<b>2.903.191</b>

<sup>(1)</sup> Maiores informações consultar Nota 24.

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de reais)

	NOTA	2019	2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b>351.758</b>	<b>227.045</b>
Lucro líquido antes dos impostos		272.089	319.482
Depreciações e amortizações	31	33.346	7.051
Atualização monetária de outros ativos		(18.548)	(19.111)
Perdas líquidas por "impairment" em operações de crédito a clientes / Garantias		(543)	9.893
Ajuste ao valor de mercado – Ativos/Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		110.352	41.243
Ajuste ao valor de mercado – Derivativos mensurados ao valor justo		(160.211)	(214.913)
Provisão de participações nos lucros		100.511	100.558
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e atualização monetária de depósitos judiciais		37.342	38.865
Receitas de prestações de serviços não recebidas / Provisão outros		(22.787)	(55.317)
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		207	(706)
<b>Variação de Ativos e Passivos</b>		<b>(748.485)</b>	<b>1.510.770</b>
(Aumento) Redução em Instrumentos de dívida mensurados ao valor justo		(1.685.811)	(585.180)
(Aumento) Redução em Ativos derivativos mensurados ao valor justo no resultado	7	253.868	(109.666)
(Aumento) Redução em Operações de crédito a instituições financeiras	10	1.827.137	(716.610)
(Aumento) Redução em Operações de crédito a clientes	11	(504.103)	(1.076.875)
(Aumento) Redução em Outros ativos	15 e 16	(151.160)	(30.400)
Aumento (Redução) em Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	6	(92.235)	107.618
Aumento (Redução) em Passivos derivativos mensurados ao valor justo no resultado	7	(116.480)	836.140
Aumento (Redução) em Depósitos de instituições financeiras e depósitos de clientes	18 e 19	2.068.339	(1.553.761)
Aumento (Redução) em Títulos de dívida emitidos	20	(808.276)	2.112.543
Aumento (Redução) em Obrigações por empréstimos e repasses	21	(1.258.248)	2.794.334
Aumento (Redução) em Provisões para ações judiciais	22	(7.129)	30
Aumento (Redução) em Outros passivos	23	(240.414)	(197.465)
Imposto de renda e contribuição pago		(33.973)	(69.938)
<b>Caixa líquido gerado/(utilizado) nas atividades operacionais</b>		<b>(396.727)</b>	<b>1.737.815</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de ativos imobilizados	13	(23.629)	(18.465)
Recursos da venda de ativos imobilizados	13	3.639	579
Aquisição de ativos intangíveis	14	(5.183)	(15.417)
Recursos da venda de ativos intangíveis	14	4.057	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(21.116)</b>	<b>(33.303)</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>			
Aumento em dívidas subordinadas	6	42.533	146.532
Recursos de aumento de capital	24	516.540	-
Dividendos pagos		(10.991)	(111.413)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>		<b>548.082</b>	<b>35.119</b>
<b>Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(207)</b>	<b>706</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>130.032</b>	<b>1.740.337</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	6.583.125	4.842.788
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	6.713.157	6.583.125
<b>Informações complementares à demonstração consolidada do fluxo de caixa</b>			
Juros recebidos:		R\$4.582.072 em 2019 e R\$6.788.924 em 2018	
Juros pagos :		R\$3.876.220 em 2019 e R\$6.511.070 em 2018	

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Página 10



**BNP PARIBAS**

O banco  
para um mundo  
em mudança

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

## Refentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), controlado diretamente pelo BNP Paribas S.A., com sede na França, é a instituição líder das companhias brasileiras do Grupo BNP Paribas, financeiras e não financeiras perante o Banco Central do Brasil, constituído na forma de sociedade anônima, opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88, do Banco Central do Brasil, autorizado a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, câmbio, arrendamento mercantil e de investimento.

Conforme mencionado na nota explicativa 3.a., as Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem o Banco BNP Paribas Brasil S.A. e suas controladas: BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda. e o BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior ("Grupo").

A elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS foi aprovada pelo Comitê de Auditoria em 17 de março de 2020.

### 2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### a. Base de preparação

Essas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Grupo foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards" - "IFRS"), conforme aprovado pelo "International Accounting Standard Board" ("IASB"). O Balanço Patrimonial é apresentado em ordem de liquidez.

#### b. Normas e interpretações

##### b.1) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019

IFRS 16 - Arrendamento - Vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, revoga a norma contábil IAS17.

No contexto da norma anterior IAS 17, o arrendatário analisava os contratos de locação e os classificava em Arrendamento Operacional, quando não tinha intenção de comprar o ativo no final do contrato, ou em Arrendamento Financeiro, quando tinha intenção de exercer a opção de compra do bem. No Arrendamento Operacional, as parcelas eram registradas em conta de Despesa e, no Arrendamento Financeiro, o bem era registrado no Ativo e as parcelas a pagar no Passivo.

Com o advento da norma IFRS 16, o modelo de classificação do contrato em Arrendamento Operacional ou Arrendamento Financeiro foi substituído por um único modelo de identificação de Arrendamento, que consiste em avaliar se o contrato tem um Ativo Identificado, através da presença dos elementos a seguir:

- Quando o Arrendador (Fornecedor) não tem o direito substantivo de substituir o ativo;
- Quando o contrato transfere o direito do controle do Ativo Identificado ao arrendatário, mediante o direito substancial de obter os benefícios econômicos do uso do ativo e o direcionamento de sua utilização.

Identificando-se o Ativo no contrato de locação, o Arrendatário passará a registrar o bem no Ativo e as parcelas a pagar no Passivo descontadas pela taxa incremental, que é a taxa de juros que a entidade pagaria ao pedir emprestado os recursos necessários para adquirir o bem com o valor similar ao Ativo de Direito de Uso.

Os ativos de direito de uso reconhecidos, relacionados a cada tipo de ativo são conforme abaixo:

<u>Ativos Imobilizados</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Efeitos da Adoção - IFRS 16</u>	<u>01/01/2019</u>
Edificações	-	62.219	62.219
Veículos	-	1.230	1.230
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>63.449</b>	<b>63.449</b>

Na transição para a norma IFRS 16, o Banco BNP Paribas Brasil S.A. optou pelo modelo contábil retrospectivo modificado em 1º de janeiro de 2019, utilizando os seguintes critérios:

- Taxa incremental com base na taxa de fechamento da BMF DI mais "spread" local da mesa de Tesouraria, que representa o custo de "Funding" no mercado de atacado.
- Cálculo do Ativo de Direito de Uso e Passivo remanescente com base no valor presente das parcelas descapitalizadas pela taxa incremental; e
- Revisão dos contratos vigentes com base nos critérios definidos pela norma IFRS 16.

Os efeitos na contabilização dos passivos oriundos da adoção inicial:

#### Contratos de Arrendamento em 31 de dezembro de 2018

Contratos de arrendamento operacional descontados pela taxa de juros incremental	67.531
(+)/(-) Ajustes como resultado de um tratamento diferente das datas de término do contrato	(4.082)
<b>Passivos reconhecidos em 01 de janeiro de 2019 - Outros passivos financeiros</b>	<b>63.449</b>

Página 11



**BNP PARIBAS**

O banco  
para um mundo  
em mudança

IFRC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 - Tributos sobre a Renda quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária. Esta interpretação é efetiva para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019 e não houve impactos materiais para as demonstrações Contábeis Consolidadas do Grupo BNP Paribas Brasil.

## b.2) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

O pronunciamento a seguir entrará em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

Alteração da Estrutura Conceitual - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual ("*Conceptual Framework*") e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.

## c. Utilização de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com o IFRS requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas.

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas exige que os gestores das empresas e funções corporativas façam estimativas que são refletidas na medição de rendimentos e gastos na conta de ganhos e perdas, dos ativos e passivos no balanço e na divulgação de informações nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Isto exige dos gestores em questão, o exercício de julgamento e fazer uso das informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras quando fazem suas estimativas. Os resultados reais futuros das operações em relação aos quais os Administradores têm feito uso de estimativas podem, na realidade, diferir significativamente, principalmente em função das condições do mercado. Isso pode ter um efeito material sobre as demonstrações financeiras.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com o IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores.

Em particular, informações sobre incertezas em estimativas de áreas significativas e julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis que possuem o maior efeito significativo nos saldos registrados nas demonstrações contábeis estão descritas na nota abaixo.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

### - Imposto de renda e Contribuição social diferido

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o Grupo irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário do Grupo, é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na nota explicativa 12.

### - Valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na nota explicativa 3. (d) v.

### - Provisão para "impairment"

O Grupo revisa periodicamente as perdas por "impairment" reconhecidas para cobrir risco de crédito inerentes a atividade de intermediação bancária, conforme divulgado na nota explicativa 3. (d) vi.

### - Passivos Contingentes

O Grupo revisa periodicamente seus passivos contingentes, conforme divulgado na nota explicativa 3. (k).

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas, e estão aplicadas de forma consistente pelas Entidades do Grupo.

### a. Base de consolidação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco BNP Paribas Brasil S.A., bem como a de suas controladas, abaixo relacionadas:

<u>Empresas</u>		<u>País de origem</u>	<u>Percentual de participação</u>	<u>Método de consolidação</u>
• BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	Brasil	74,38%	Integral
• BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior	EPE	Brasil	100,00%	Integral



#### *i. Escopo da Consolidação*

As Demonstrações Contábeis Consolidadas devem incluir:

- **Controlada**

São classificadas como controladas as empresas sobre as quais o Banco exerce controle, representado pelo poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais para obter benefícios das suas atividades. A controlada é consolidada pelo método integral.

- **Entidade de propósito específico (EPE)**

Entidade de propósito específico é uma entidade criada para atender a um propósito restrito e bem definido. As demonstrações financeiras de uma entidade de propósito específico são consolidadas pelo método integral nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Grupo, quando a substância do relacionamento dos riscos e benefícios entre o Grupo e esta entidade resulta no controle da entidade pelo Grupo.

A avaliação das circunstâncias apresentadas abaixo pode indicar que, em substância, o Grupo controla e conseqüentemente consolida uma EPE:

- As atividades da EPE são conduzidas de acordo com as necessidades específicas dos negócios do Grupo, de forma que o Grupo obtenha benefícios das operações da EPE;
- O Grupo detém o poder de tomada de decisões de forma a obter a maioria dos benefícios das atividades da EPE ou o Grupo determinou as regras de "auto-funcionamento" das atividades da EPE;
- O Grupo possui direitos de obter a maioria dos benefícios da EPE e conseqüentemente pode estar exposto aos principais riscos inerentes às atividades da EPE;
- O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de controle relacionados à EPE ou aos seus ativos, de forma a obter benefícios de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o fundo BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior se encaixa na definição de EPE e está sendo consolidado integralmente nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco.

#### *ii. Principais procedimentos de consolidação*

As Demonstrações Contábeis Consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes.

Os resultados das controladas são incluídos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas a partir da data de aquisição até a data em que o Banco, entidade líder do Grupo, deixa de ter o controle.

O valor contábil do investimento do Banco e a sua participação no patrimônio líquido de cada controlada ou EPE são eliminados assim como os saldos das contas de ativos e passivos, receitas e despesas entre o Banco e suas controladas e EPEs.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas, somente na extensão de que não há evidência de perda por "impairment".

Além disso, a participação de terceiros no patrimônio líquido das entidades consolidadas é apresentada como "Participações de Acionistas não Controladores" no Balanço Patrimonial Consolidado. A participação de terceiros no lucro do exercício é apresentada como "Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores" na Demonstração consolidada do resultado.

#### *iii. Administração de fundos de investimentos*

O Grupo gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento e outras modalidades de investimento em favor de investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não são consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, exceto a EPE descrita na nota explicativa 3 (a) i.

### **b. Moeda estrangeira**

#### *i. Moeda funcional e moeda de apresentação*

As Demonstrações Contábeis Consolidadas estão sendo apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional das empresas que compõem o Grupo. Exceto quando indicado, as informações financeiras expressas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

#### *ii. Transações em moeda estrangeira*

Os métodos usados para contabilizar os ativos e passivos relacionados com transações em moeda estrangeira assumidos pelo Grupo, e o usado para medir o risco cambial decorrente de tais operações, depende se os ativos ou passivos em questão são classificados como itens monetários.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas de transações. Os saldos de conversão pelas taxas de câmbio no final do período referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos nas contas de resultado de variação cambial exceto a variação cambial dos instrumentos designados ao valor justo, as quais são reconhecidas na rubrica Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado; e a variação cambial de operações de crédito a clientes e obrigações por empréstimos e repasses, as quais são reconhecidas na rubrica Resultado de variação cambial.

### **c. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem recursos em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com conversibilidade imediata ou com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.



#### d. **Ativos e Passivos financeiros**

De acordo com o IFRS 9, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado;
- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

##### i. *Reconhecimento*

Os ativos e passivos financeiros, incluindo aqueles mensurados ao valor justo no resultado e por meio de outros resultados abrangentes, são inicialmente reconhecidos na data da transação para o IFRS pelo seu valor justo. As operações com títulos permanecem registrados no balanço até que os direitos do Grupo para receber os fluxos de caixa relacionados expiram, ou até que o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade dos títulos.

##### ii. *Baixa*

Um ativo financeiro é baixado na sua totalidade ou em parte quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expirem ou quando se transfere o direito contratual aos fluxos de caixa do ativo e substancialmente todos os riscos e vantagens da propriedade do ativo. A menos que estas condições estiverem preenchidas, o Grupo mantém o ativo em seu balanço e reconhece um passivo da obrigação criada como resultado da transferência do ativo.

##### iii. *Compensação de ativos e passivos financeiros*

Um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados e a quantia líquida apresentada no balanço se, e somente se, o Grupo tem um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e pretenda liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### iv. *Mensuração ao custo amortizado*

O custo amortizado de ativo financeiro ou de passivo financeiro é a quantia pelo qual o ativo financeiro ou o passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método dos juros efetivos de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia no vencimento, e menos qualquer redução (diretamente ou por meio do uso de conta redutora) quanto à perda do valor recuperável ou incobrabilidade.

##### v. *Mensuração ao valor justo*

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Quando disponível, o Grupo determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados em mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

Para os demais instrumentos financeiros sem preços cotados em mercados ativos, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, que podem incluir transações recentes realizadas entre partes independentes em condições justas de mercado, referência ao valor justo de instrumentos similares, método de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções. As técnicas de avaliação utilizadas pelo Grupo utilizam o máximo possível de dados de mercado, baseando-se no mínimo possível em estimativas específicas do Grupo, incorporando todos os fatores que os demais participantes do mercado considerariam na determinação de um preço de negociação, e são consistentes com metodologias econômicas amplamente reconhecidas e utilizadas pelos demais participantes do mercado na precificação destes instrumentos financeiros. Os dados utilizados nas técnicas de avaliação representam razoavelmente as expectativas de mercado e avaliações dos fatores inerentes de risco e retorno do instrumento financeiro avaliado. O Grupo avalia as técnicas utilizadas e as testa para validação utilizando preços de transações de mercado atualmente observáveis do mesmo instrumento ou baseadas em outros dados de mercado observáveis.

A cada transação, o instrumento financeiro é reconhecido inicialmente pelo preço da transação, que é o melhor indicador do valor justo, embora o valor obtido pelo modelo de avaliação possa diferir do preço da transação. Essa diferença inicial, no valor justo indicado por técnicas de avaliação, é reconhecida subsequentemente nas Demonstrações consolidadas do resultado, dependendo dos fatos e circunstâncias individuais de cada transação, e nunca posteriormente à data em que os dados de mercado tornem-se completamente observáveis.

De acordo com o IFRS, o Grupo classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos "inputs" usados no processo de mensuração.

Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente partindo do princípio que as partes são independentes.

Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 - são usadas informações que não estão disponíveis no mercado na definição do valor justo. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

As premissas e dados utilizados nas técnicas de avaliação incluem taxas livres de risco, "spreads" de crédito e outros fatores utilizados na estimativa de taxas de desconto, preços de títulos e de ações, taxas cambiais e volatilidades e correlações estimadas de preços. O objetivo das técnicas de avaliação é a obtenção de um valor justo que reflita o preço do instrumento financeiro na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas, que seria determinado por participantes do mercado em transações justas.

O Grupo utiliza modelos de valorização amplamente reconhecidos e adotados pelo mercado para determinação do valor justo de instrumentos financeiros comuns e não muito complexos, que utilizam somente dados observáveis de mercado e requerem pouco julgamento da Administração. Dados observáveis de mercado geralmente são disponíveis para instrumentos de dívida e de capital de entidades listadas, derivativos negociados em bolsas e aqueles simples e amplamente negociados em balcão. Disponibilidade de dados de mercado observáveis reduzem a necessidade de julgamento da Administração, bem como as incertezas associadas à determinação do valor justo de instrumentos financeiros.



A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros contabilizados a valor justo, pelo método de valorização adotado.

<u>31/12/2019</u>	<b>Preços de mercado cotados em mercados (nível 1)</b>	<b>Técnicas de ativos valorização - dados observáveis (nível 2)</b>	<b>Total 2019</b>	<b>Total 2018</b>
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Instrumentos de dívida	2.183.046	26.373	2.209.419	1.250.359
Derivativos	-	690.213	690.213	607.055
Operações de crédito a instituições financeiras	-	-	-	322.213
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Instrumentos de dívida	1.000.203	-	1.000.203	895.633
<b>Total</b>	<b>3.183.249</b>	<b>716.586</b>	<b>3.899.835</b>	<b>3.075.260</b>
Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado				
Passivos financeiros	-	1.176.025	1.176.025	1.145.375
Derivativos	-	1.858.174	1.858.174	1.797.839
Obrigações por empréstimos e repasses	-	6.921.677	6.921.677	8.200.621
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>9.955.876</b>	<b>9.955.876</b>	<b>11.143.835</b>

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

**Ativos e Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na ANBIMA, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Para os valores justos de títulos de dívida de empresas e para aplicações em depósitos interfinanceiros o Grupo estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

**Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)**

Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

**Operações de "swap"** - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. O valor justo dos "swaps" é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

**Operações a termo** - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

**Operações com opções** - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como "Black & Scholes", usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.

**Operações de futuros** - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

Detalhes sobre a classificação dos ativos e passivos financeiros do Grupo são apresentados na nota explicativa nº 4.

vi. *Identificação e mensuração de "impairment"*

A provisão de Perdas esperadas (PE) é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua origem, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses).

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras. A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros.

O Grupo estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas Demonstrações Financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro.

O Grupo calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.



Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência ("*Probability of default*" - PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo;
- Exposição no momento da inadimplência ("*Exposure at default*" - EAD): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados; e
- Perda dada a inadimplência ("*Loss given default*" - LGD): é uma estimativa de perda originada no caso da inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

As perdas esperadas de ativos contabilizados pelo custo amortizado e valor justo através de outros resultados abrangentes são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas pelas taxas de juros efetivas originais dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado do período. Os juros de ativos financeiros continuam sendo reconhecidos enquanto existir a expectativa de recebimento, porém, enquanto os ativos estiverem classificados no estágio 2, isso ocorrerá pela base bruta e após o estágio 3, pela base líquida. Quando um evento subsequente causa uma redução no valor de uma perda por "*impairment*" anteriormente reconhecida, esta é revertida contra o resultado do período.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por "*impairment*" sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por "*impairment*" de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por "*impairment*" ter sido reconhecido no resultado, a perda por "*impairment*" é revertida por meio de demonstração do resultado.

#### vii. *Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através resultado*

##### i. *Ativos e passivos para negociação*

Os ativos e passivos para negociação são os ativos e passivos mantidos pelo Grupo com o propósito de vender ou recomprar no curto prazo, ou que mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os ativos e passivos para negociação são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo valor justo, e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Os ajustes ao valor justo são reconhecidos como parte do Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros.

Os ativos e passivos de negociação não são reclassificados após seu reconhecimento inicial.

O Grupo optou por divulgar os Derivativos (nota explicativa 3.d.viii) em linha segregada no Balanço Patrimonial Consolidado.

##### ii. *Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado*

São passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente.

Os passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros. As receitas de juros e as despesas de juros são reconhecidas em Receitas de juros e similares e Despesas de juros e similares.

#### viii. *Derivativos*

Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas na data de negociação ao preço de transação e são reavaliados ao valor justo.

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando o valor justo é negativo. Os ganhos e perdas realizados e não realizados dos derivativos quando não qualificados como instrumento de "*hedge*" são reconhecidos em conta de Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção do Grupo na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção ("*hedge*") ou não.

O Grupo avalia, no início e em bases periódicas, se os instrumentos de proteção são esperados de serem altamente efetivos na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos, durante o período para o qual a proteção está designada, e se os resultados atuais de cada proteção está dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade.

As relações de "*hedge*" são classificadas nas seguintes categorias:

##### i. *"Hedge" de valor justo*

O Grupo possui, em determinadas operações, cobertura de exposição a mudanças no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido, de um compromisso firme não reconhecido ou de uma parte identificada desde ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco específico e que possa afetar os lucros e perdas.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de cobertura de valor justo, ou sua designação é revogada, a sua contabilização como cobertura de valor justo é interrompida. Qualquer ajuste até então, para um item protegido para o qual o método da taxa de juros efetiva é usado, é amortizado ao resultado como parte da taxa de juros efetiva recalculada para o restante de sua vida remanescente.

##### ii. *"Hedge" de fluxo de caixa*

O Grupo possui, em determinadas operações, cobertura de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido (exemplo, a totalidade ou parte dos pagamentos de juros futuros sobre dívida de taxa variável) ou uma transação prevista altamente provável e que possa afetar os lucros e perdas.



Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de cobertura de fluxo de caixa, ou sua designação é revogada, a contabilização como cobertura de fluxo de caixa é interrompida e o valor reconhecido em outros resultados abrangentes permanece registrado até que a transação prevista tenha impacto no resultado. Caso a transação prevista não seja mais provável de ocorrência, a contabilização da cobertura de fluxo de caixa é interrompida e o saldo registrado em Outros resultados abrangentes é transferido imediatamente para o resultado do período.

iii. *"Hedge" de investimento líquidos no exterior*

Quando um derivativo (ou passivo financeiro não derivativo) é designado como *"hedge"* de investimento líquido no exterior, a parcela efetiva das variações no valor justo do instrumento de *"hedge"* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na reserva de conversão de moedas estrangeiras. Qualquer parcela inefetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado na baixa do investimento líquido no exterior.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não existiam designações de derivativos para *"hedge"* de investimentos líquidos no exterior.

ix. *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes*

De acordo com o IFRS 9, os ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Os ativos incluídos na categoria mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente registrados ao valor justo acrescido dos custos de transação quando relevantes. Na data do balanço são mensurados ao valor justo e as suas alterações no valor justo (excluindo juros) estão apresentadas em uma linha separada no patrimônio líquido, Outros resultados abrangentes acumulados. Na alienação, esses resultados não realizados são transferidos do patrimônio líquido para conta de resultado, onde são demonstrados na linha de Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As rendas reconhecidas usando o método de juros efetivos derivada de títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são registradas na rubrica Receita de juros e similares na conta de resultado. Os rendimentos de dividendos de títulos de renda variável são reconhecidos no Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando o direito do Grupo para receber o pagamento é estabelecido.

x. *Ativos não correntes mantidos para a venda*

São classificados na categoria de ativos não correntes mantidos para a venda (ou grupo de alienação) as operações cujo valor contábil venha a ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, ao invés do uso continuado.

Para este ser o caso, o ativo deve estar disponível para a venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas aos termos que sejam usuais e habituais para vendas desses ativos e sua venda deve ser altamente provável.

Uma vez classificados nesta categoria, os ativos são mensurados ao menor dentre o valor contábil ou valor justo menos os custos para venda.

Estes ativos não são amortizados e estão sujeitos a *"impairment"*. A perda por *"impairment"* é reconhecida no resultado e pode ser revertida.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não haviam ativos não correntes mantidos para a venda.

xi. *Operações de crédito*

As operações de crédito são mensuradas inicialmente ao valor justo, que geralmente é a quantia líquida paga no início, incluindo os custos diretamente atribuíveis e certos tipos de taxas ou comissões que são vistos como um ajuste na taxa efetiva de juros sobre o empréstimo. São mensurados subsequentemente a custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva dos juros.

Comissões recebidas em compromisso de financiamento antes do registro do empréstimo são diferidas e incluídos no valor do empréstimo quando o mesmo é registrado.

Comissões obtidas em compromissos financeiros onde existe a probabilidade de não realizar a operação, ou há incerteza quanto ao momento da realização, são reconhecidas numa base linear ao longo da vida do compromisso.

As transações de arrendamento mercantil em que o Grupo é o arrendador e para as quais todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são substancialmente transferidos para o arrendatário são classificadas como arrendamentos financeiros, e os recebíveis equivalentes ao investimento líquido são reconhecidos e apresentados como operações de crédito a clientes.

A eventual perda por *"impairment"* dos ativos registrados nessa categoria é avaliada segundo as bases descritas na política contábil nota explicativa 3.(d). (vi).

xii. *Acordos de recompra e empréstimos de títulos*

Títulos vendidos com compromisso de recompra continuam a ser registrados no Balanço Patrimonial Consolidado na categoria a que pertencem. O passivo correspondente é reconhecido no balanço em sua respectiva categoria, exceto no caso dos acordos de recompra efetuados para negociação, onde o correspondente passivo é classificado em Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado.

Títulos adquiridos com compromisso de revenda não são reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado. O correspondente recebível será reconhecido em Operações de crédito a instituições financeiras.

xiii. *Reclassificação de ativos financeiros*

O Grupo não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes.

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não foram efetuadas reclassificações de ativos financeiros.

xiv. *Emissão de títulos representativos de dívida*

Os títulos emitidos pelo Grupo são classificados como instrumentos de dívida, se as entidades do Grupo emitindo os instrumentos tem uma obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro ao detentor do instrumento.

O mesmo aplica-se caso o Grupo seja obrigado a trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições que sejam potencialmente desfavoráveis, ou entregar um número variável de instrumentos de patrimônio do próprio Grupo.

As emissões de títulos de dívida são reconhecidas, inicialmente ao valor de emissão, incluindo os custos de transação, e são posteriormente mensurados ao custo amortizado usando o método de taxa efetiva de juros.



## e. Ativos imobilizados

### i. Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e as perdas por “*impairment*”, quando aplicável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos imobilizados construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista.

Quando os principais componentes de um ativo imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do ativo imobilizado.

### ii. Custos subsequentes

O custo de substituir parte de um ativo imobilizado é capitalizado ao valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros decorrentes das partes substituídas serão revertidos para o Grupo e o seu custo pode ser mensurado de maneira confiável. O valor remanescente da parte substituída é baixado. Os custos de reparos rotineiros dos ativos imobilizados são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

### iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo imobilizado.

As vidas úteis estimadas dos ativos imobilizados para os exercícios atuais são:

• Equipamentos de processamento de dados	5 anos
• Outros bens	10 anos
• Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos ou pelo prazo do contrato

Os “Outros bens” são compostos de sistema de comunicação, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, instalações e sistema de segurança.

## f. Ativos intangíveis

### i. “Software”

Os “softwares” adquiridos pelo Grupo são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por “*impairment*”, quando aplicável.

A despesa de desenvolvimento interno de “software” é reconhecida como ativo quando o Grupo consegue demonstrar sua intenção e sua capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização do “software” de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de “softwares” desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante sua vida útil estimada. Os “softwares” desenvolvidos internamente são registrados pelos seus custos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e de perdas por “*impairment*”.

Despesas subsequentes com “softwares” são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do “software”, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada de “software” é de 5 anos.

### ii. Outros intangíveis

Os demais ativos intangíveis são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por “*impairment*”, quando aplicável. A vida útil estimada é de 5 anos.

## g. Arrendamentos financeiros

O ativo arrendado é reconhecido no balanço do arrendatário pelo menor valor entre o valor justo ou o valor presente dos pagamentos mínimos calculados à taxa de juros implícita no arrendamento. Os passivos correspondentes, iguais ao valor justo do ativo arrendado ou o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, são também reconhecidos no balanço do arrendatário. O ativo é depreciado usando o mesmo método que foi aplicado a ativos próprios, após a dedução do valor residual do montante inicialmente reconhecido ao longo da vida útil do bem. A obrigação de locação é contabilizada ao custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o Grupo não possuía arrendamentos financeiros na figura de arrendatário.

Outros arrendamentos são classificados como operacionais e, os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço do Grupo. Os pagamentos do arrendamento feitos como arrendamentos operacionais são levados ao resultado do arrendatário numa base linear durante o prazo do arrendamento.

## h. “Impairment” de ativos financeiros

A eventual perda por “*impairment*” dos ativos financeiros é avaliada segundo as bases descritas na política contábil nota explicativa 3.d. (vi).

Os componentes que constituem o saldo total de provisões para “*impairment*” foram avaliados individualmente e é baseado na melhor estimativa da Administração do valor presente dos recebimentos previstos. Na estimativa desses fluxos de caixa, a Administração faz uma avaliação da situação financeira da contraparte e do valor líquido realizável de qualquer garantia relacionada.

## i. “Impairment” de ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não-financeiros do Grupo são revisados a cada data das demonstrações financeiras para determinar se há alguma indicação de “*impairment*”. Caso haja alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida se o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas diretamente no resultado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.



As perdas por “*impairment*” reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data das demonstrações financeiras para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por “*impairment*” é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável. Uma perda por “*impairment*” é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, caso nenhuma perda por “*impairment*” tivesse sido reconhecida.

A Administração do Banco não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

**j. Depósitos, títulos de dívida emitidos e obrigações por empréstimos e repasses**

Os depósitos, as obrigações por empréstimos e repasses e a dívida subordinada são fontes para financiamento das operações do Grupo.

Quando o Grupo vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de recompra do ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura (venda com compromisso de recompra), o contrato é contabilizado como depósito, e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Grupo.

Os depósitos e os empréstimos e repasses são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O Grupo contabiliza sua dívida subordinada ao valor justo, sendo as mudanças de valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

**k. Provisões para ações judiciais fiscais, trabalhistas e cíveis**

Provisões registradas no passivo, exceto as relativas à instrumentos financeiros e aos benefícios aos empregados, são principalmente relacionadas a processos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Uma provisão é reconhecida quando for provável que uma saída de recursos será exigida para liquidar uma obrigação decorrente de um evento passado, e uma estimativa confiável possa ser feita do valor da obrigação. O valor desta provisão é atualizado periodicamente para determinar o valor da obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais estão da seguinte forma:

**i. Ações judiciais**

São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações classificadas como perdas possíveis são divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

**ii. Obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes.

**l. Garantias financeiras**

As garantias financeiras são contratos que requerem do Grupo pagamentos específicos perante o possuidor da garantia financeira por uma perda que incorrida por este quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida.

Passivos de garantias financeiras são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato. Os passivos de garantias financeiras são subsequentemente contabilizados pelo maior valor entre o valor amortizado e o valor justo. As garantias financeiras são classificadas em Outros passivos e reconhecidas no resultado na rubrica Receitas de serviços e comissões.

**m. Juros**

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método da taxa efetiva de juros de acordo com o IFRS 9. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, em um período inferior) até atingir-se o valor de liquidação do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras na realização dos instrumentos financeiros (“*impairment*”).

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as taxas e comissões, os custos de transação, os descontos e os prêmios que são pagos ou recebidos, e não inclui impostos. Os custos são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

**n. Taxas e comissões**

O método utilizado pelo Grupo de reconhecer receitas de comissões de serviços e despesas depende da natureza do serviço. Comissões que são tratadas como um componente adicional de juros são incluídas na taxa de juros efetiva, e são reconhecidas na conta de “Receita líquida de juros”.

Comissão a pagar ou a receber na execução de um ato significativo ou serviços prestados são reconhecidos integralmente na conta de resultado na íntegra no momento da execução, sob as rubricas “Receitas e despesas de serviços e comissões” quando este for concluído.

**o. Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros**

O Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros compreende os ganhos líquidos e as perdas relacionados aos ativos e passivos ao valor justo através do resultado, e inclui todas as alterações realizadas e não realizadas no valor justo sobre estes instrumentos financeiros.

A parte inefetiva de derivativos de “*hedge*” qualificados e designados em uma relação de “*hedge*” de fluxo de caixa, no mesmo período em que o item protegido é lançado em Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros.

**p. Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

O Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreende as alterações realizadas no valor justo e dividendos sobre os instrumentos financeiros que foram liquidados no exercício. Os juros destes instrumentos mensurados através da taxa efetiva de juros, é registrado na margem financeira na Demonstração Consolidada do Resultado.



#### q. **Dividendos**

As receitas de dividendos são reconhecidas quando o direito do recebimento é estabelecido. Os dividendos são refletidos como um componente do Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros, ou em Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, de acordo com a classificação do instrumento de capital.

#### r. **Despesas com arrendamento mercantil operacional**

O ativo não é reconhecido no balanço do arrendatário. Os pagamentos do arrendamento feitos como arrendamentos operacionais são levados ao resultado do arrendatário numa base linear durante o prazo do arrendamento.

#### s. **Imposto corrente e diferido**

Esta provisão é constituída com base nos rendimentos tributáveis sujeitos a incidência do imposto sobre a renda, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240 no exercício, bem como de contribuição social sobre o lucro líquido, à alíquota de 15%, em vista ao disposto no artigo 1º da Lei nº 13.169/2015.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos passivos diferidos são calculados sobre as exclusões temporárias, e de acordo com a regulamentação em vigor expedida pelo Banco Central do Brasil, os ativos e passivos tributários diferidos foram constituídos considerando a alíquota de contribuição social de 20%, em vista a majoração prevista no artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019.

O Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido são reconhecidas na Demonstração Consolidada de Resultado, exceto nos casos em que se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, determinada com base nas leis de impostos e alíquotas vigentes no País durante o período em que a renda é gerada e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação a exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos quando as diferenças temporárias surgem entre a quantia escriturada de um ativo ou passivo no balanço e a sua base tributável.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, base negativa ou prejuízos fiscais não utilizados somente na medida em que é provável que a entidade em questão vai gerar lucros tributáveis futuros contra os quais essas diferenças temporárias e prejuízos fiscais e bases negativas possam ser compensados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros serão gerados para sua utilização, e são revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados sendo mensurados às alíquotas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base na legislação vigente na data das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos como receita ou despesa de imposto na conta de resultado, com exceção dos impostos diferidos relativos a ganhos ou perdas não realizados sobre títulos classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou a mudanças no valor justo dos instrumentos designados como "de fluxo de caixa", que são levados ao patrimônio líquido.

Despesas adicionais de imposto de renda decorrentes da distribuição de Juros sobre capital próprio pelo Grupo são reconhecidas no mesmo momento em que a obrigação de Juros sobre capital próprio a pagar é reconhecida.

## 4. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

### **Classificação contábil e valor justo**

A tabela a seguir apresenta a classificação do Grupo das classes de ativos e passivos financeiros, bem como seus respectivos valores contábeis e valores justos para os contabilizados ao custo amortizado

	31/12/2019		31/12/2018	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	6.713.157	6.712.191	6.583.125	6.582.081
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>				
Instrumento de dívida	1.972.460	2.042.881	1.380.119	1.420.990
Operações de crédito a instituições Financeiras	6.694.741	6.916.028	8.207.570	8.298.741
Operações de crédito a clientes	7.707.235	7.775.416	7.205.503	7.208.365
Outros ativos financeiros	322.389	322.389	162.478	162.478
<b>Total</b>	<b>23.409.982</b>	<b>23.768.905</b>	<b>23.538.795</b>	<b>23.672.655</b>
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>				
Depósitos de instituições financeiras	3.248.541	3.240.932	222.202	222.206
Depósitos de clientes	5.560.171	5.563.771	6.518.171	6.520.772
Títulos de dívida emitidos	5.416.399	5.563.302	6.224.675	6.460.459
Obrigações por empréstimos e repasses	135.357	138.108	111.715	109.777
Dividendos	8.544	8.544	119.000	119.000
<b>Total</b>	<b>14.369.012</b>	<b>14.514.657</b>	<b>13.195.763</b>	<b>13.432.214</b>

As operações avaliadas contabilmente pelo custo amortizado são em sua grande maioria de curto prazo e/ou indexadas a taxas pós-fixadas.



## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.501.955	1.115.939
Aplicações no mercado aberto	1.994.722	2.662.356
Aplicações em moedas estrangeiras	111.821	511.517
Disponibilidades	104.652	2.293.305
Numerários em espécie	7	8
<b>Total</b>	<b>6.713.157</b>	<b>6.583.125</b>

## 6. INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO NO RESULTADO E AO CUSTO AMORTIZADO

Independentemente da segregação por categoria ou estratégia, segue abaixo a carteira dos respectivos títulos contratados:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Mensurados ao valor justo no resultado	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao valor justo no resultado	Mensurados ao custo amortizado
<b>Ativos financeiros</b>				
Títulos públicos	2.038.498	1.972.460	1.153.905	1.380.119
Operações de câmbio	26.373	-	72.242	-
Cotas de fundo de investimento	25.698	-	24.212	-
Cotas de fundo de direitos creditórios <sup>(1)</sup>	118.850	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.209.419</b>	<b>1.972.460</b>	<b>1.250.359</b>	<b>1.380.119</b>
	<b>Mensurados ao valor justo no resultado</b>		<b>Mensurados ao valor justo no resultado</b>	
<b>Passivos financeiros</b>				
Operações de câmbio	72.253	-	114.121	-
<b>Total</b>	<b>72.253</b>	<b>-</b>	<b>114.121</b>	<b>-</b>
<b>Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado:</b>				
Dívida Subordinada - Res. 4.192/13	1.078.386	-	1.007.708	-
Dívida Subordinada - Res. 3.444/07	25.386	-	23.546	-
<b>Total</b>	<b>1.103.772</b>	<b>-</b>	<b>1.031.254</b>	<b>-</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1.176.025</b>	<b>-</b>	<b>1.145.375</b>	<b>-</b>

<sup>(1)</sup> Se refere a cotas senior do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Syngenta (FIDC), com prazo de duração determinado e sua carteira é composta basicamente de direitos creditórios.

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas junto à B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e de operação de câmbio efetuadas junto à "clearing" de câmbio, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos no valor de R\$1.039.253 (em 2018 R\$1.042.402).

A dívida subordinada pela Resolução 4.192/13 está representada por recurso captado por meio de emissão de "fixed rate notes" no valor de US\$175 milhões e US\$70 milhões, já acrescido dos juros incorridos até 31 de dezembro de 2019, vencíveis até janeiro de 2023 e 2026, com juros de 5,27% a.a. e 6,89% a.a., respectivamente.

A dívida subordinada pela Resolução 3.444/07 está representada pela emissão de letras financeiras, vencíveis até fevereiro de 2020, com juros prefixados de 12,70% a.a..

## 7. DERIVATIVOS

Independentemente da segregação por categoria ou estratégia, segue abaixo a carteira por vencimento dos respectivos títulos contratados:

31/12/2019	Em quantidade de dias				Total
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	
<b>Derivativos - Ativo:</b>					
- <b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado</b>					
Operações com Opções	5	12.448	22.660	4.882	39.995
Operações a termo	52.365	79.442	51.413	13.271	196.491
Operações com "swap"	999	64.327	61.115	327.286	453.727
<b>Total 2019</b>	<b>53.369</b>	<b>156.217</b>	<b>135.188</b>	<b>345.439</b>	<b>690.213</b>
<b>Total 2018</b>	<b>78.672</b>	<b>231.173</b>	<b>143.391</b>	<b>153.819</b>	<b>607.055</b>
<b>Derivativos - Passivo:</b>					
- <b>Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado</b>					
Operações com Opções	6	15.314	61.942	337.235	414.497
Operações a termo	37.067	123.540	52.022	99.465	312.094
Operações com "swap"	24.348	257.415	132.793	717.027	1.131.583
<b>Total 2019</b>	<b>61.421</b>	<b>396.269</b>	<b>246.757</b>	<b>1.153.727</b>	<b>1.858.174</b>
<b>Total 2018</b>	<b>42.039</b>	<b>258.606</b>	<b>331.533</b>	<b>1.165.661</b>	<b>1.797.839</b>

Página 21



**BNP PARIBAS**

O banco  
para um mundo  
em mudança

A composição do valor nominal dos derivativos por contraparte está descrito conforme abaixo:

**B3 (BRASIL, BOLSA, BALCÃO)**

Descrição	SISTEMA C E T I P				SISTEMA BM&FBovespa		Total 2019	Total 2018
	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidação			
<b>Operações com opções</b>	<b>24.214</b>	<b>3.628.167</b>	<b>646.320</b>	<b>5.366</b>	-	-	<b>4.304.067</b>	<b>27.479.624</b>
Comprada	-	1.872.817	-	-	-	-	1.872.817	13.330.880
Vendida	24.214	1.755.350	646.320	5.366	-	-	2.431.250	14.148.744
<b>Operações com "swap"</b>	-	<b>3.227.856</b>	<b>5.531.900</b>	<b>9.815.989</b>	<b>3.778.315</b>	-	<b>22.354.060</b>	<b>16.033.124</b>
"Swap"	-	3.227.856	5.531.900	9.815.989	3.778.315	-	22.354.060	16.033.124
<b>Operações com futuros</b>	-	-	-	-	<b>44.407.698</b>	-	<b>44.407.698</b>	<b>41.235.263</b>
Comprada	-	-	-	-	21.612.668	-	21.612.668	21.543.448
Vendida	-	-	-	-	22.795.030	-	22.795.030	19.691.815
<b>Operações a termo</b>	-	<b>17.070.434</b>	<b>604.321</b>	-	-	-	<b>17.674.755</b>	<b>13.830.465</b>
Comprada	-	9.574.250	135.910	-	-	-	9.710.160	7.722.990
Vendida	-	7.496.184	468.411	-	-	-	7.964.595	6.107.475

A composição do valor nominal dos derivativos por indexador está descrito conforme abaixo:

Descrição	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2019	Valor nominal 2018
<b>Operações com opções</b>	<b>39.995</b>	<b>414.497</b>	<b>4.304.067</b>	<b>27.479.624</b>
Compra de opção de:	<b>39.995</b>	-	<b>1.872.817</b>	<b>13.330.880</b>
Comprada de Dólar	39.494	-	1.648.560	3.157.922
Venda DI 1 dia	-	-	-	8.116.000
Venda de Dólar	501	-	224.257	2.056.958
Venda de opção de:	-	<b>414.497</b>	<b>2.431.250</b>	<b>14.148.744</b>
Comprada de Dólar	-	1.571	70.878	1.207.798
Comprada de Ações	-	377.592	668.722	642.864
Venda de Ações	-	5.033	8.131	5.187
Venda DI 1 dia	-	-	-	8.115.000
Venda de Dólar	-	30.301	1.683.519	4.177.895
<b>Operações com "swap"</b>	<b>453.727</b>	<b>1.131.583</b>	<b>22.354.060</b>	<b>16.033.124</b>
Ações x DI	47.838	196.314	2.785.809	2.525.251
Ações x PRÉ	47.367	-	513.528	691.660
Cupom de Dólar x LIBOR	-	172.909	4.518.365	1.447.350
Cupom de Dólar x DI	-	-	-	200.000
Cupom de Dólar x PRÉ	11.560	523	230.000	200.000
Cupom de Dólar x Selic (SCS)	-	23.641	3.682.315	868.690
Cupom de Dólar x Outros	175.694	-	4.373.317	1.075.410
DI x Ações	7.735	3.299	306.279	-
DI x Cupom de Euro	-	35.252	275.748	699.042
DI x Cupom de Dólar	19.136	412.380	3.101.401	3.824.651
DI x Índice de Preço	-	226.567	700.024	751.373
DI x PRÉ	-	11.774	237.475	254.636
Índice de Preço x DI	77.424	120	159.920	303.269
PRÉ x Ações	-	47.367	513.528	843.147
PRÉ x Cupom de Euro	55.414	451	605.326	939.514
PRÉ x Cupom de Dólar	-	986	59.000	569.051
PRÉ x Outros	11.559	-	292.025	840.080
<b>Operações com futuros</b>	-	-	<b>44.407.698</b>	<b>41.235.263</b>
<b>Operações com futuros - Comprada</b>	-	-	<b>21.612.668</b>	<b>21.543.448</b>
Cupom cambial - DDI	-	-	6.147.291	13.120.285
DI	-	-	7.399.144	6.810.145
Moedas	-	-	8.066.233	1.613.018
<b>Operações com futuros - Vendida</b>	-	-	<b>22.795.030</b>	<b>19.691.815</b>
Cupom cambial - DDI	-	-	2.764.021	1.549.396
DI	-	-	11.290.108	12.833.563
Moedas	-	-	8.740.901	5.308.856
<b>Operações a termo</b>	<b>196.491</b>	<b>312.094</b>	<b>17.674.755</b>	<b>13.830.465</b>
<b>Operações a termo - Comprada</b>	<b>63.858</b>	<b>268.516</b>	<b>9.710.160</b>	<b>7.722.990</b>
Moeda	63.858	268.516	9.710.160	7.722.990
<b>Operações a termo - Vendida</b>	<b>132.633</b>	<b>43.578</b>	<b>7.964.595</b>	<b>6.107.475</b>
Moeda	132.633	43.578	7.964.595	6.107.475

O Grupo tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam o controle de riscos.



## 8. ATIVOS E PASSIVOS DE DERIVATIVOS MANTIDOS PARA GERENCIAMENTO DE RISCO

O Grupo utiliza contratos futuros para "hedge" da sua exposição às variações no valor justo de operações de crédito a instituições financeiras, relacionadas às taxas de juros préfixadas destas operações.

Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge":

Instrumento			"Hedge" de Risco de valor justo				
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste no resultado
DDI Futuro		-	Repases Exterior - Res. 2770	Dólar	-	-	(2.481)
DDI Futuro	02/01/2026	1.139.614	Instr Dívida Res. 4.192	Dólar	1.085.863	1.139.686	(30.995)
DI Futuro	03/07/2023	7.315.995	CDI	Pré	7.195.324	7.316.818	(14.078)
DI Futuro		-	Nota Soberana	Pré	-	-	(792)
DI Futuro	03/01/2022	448.399	Títulos - LTN	Pré	423.050	448.475	21.379
DI Futuro	02/01/2020	25.591	Instr Dívida - LF Res.3.444	Pré	25.585	25.596	1.010

Instrumento			"Hedge" de Fluxo de Caixa				
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de mercado	Ajuste no resultado	Ajuste no patrimônio líquido
DI Futuro	04/01/2021	397.919	LF	Pós	389.075	398.015	4.917

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2019 não identificou nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o período. A efetividade calculada sobre os "hedges" de Fluxo de Caixa foi de 100%.

## 9. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

A composição do saldo da rubrica Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes está apresentado abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Letras do Tesouro Nacional - LTN	814.697	861.783
Notas do Tesouro Nacional - NTN	149.724	-
Títulos Patrimoniais/Ações e Cotas	35.782	33.850
<b>Total</b>	<b>1.000.203</b>	<b>895.633</b>

## 10. OPERAÇÕES DE CRÉDITO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos patrimoniais estão demonstrados abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado</b>		
Aplicações no mercado aberto	-	322.213
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>322.213</b>
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Depósitos interfinanceiros	6.694.741	7.556.124
Aplicações no mercado aberto	-	501.991
Operações de câmbio com instituição financeira	-	149.455
<b>Total</b>	<b>6.694.741</b>	<b>8.207.570</b>

## 11. OPERAÇÕES DE CRÉDITO A CLIENTES

A composição, por classificação, dos saldos da rubrica Operações de crédito a clientes foram as seguintes:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Operações de crédito	5.054.531	4.862.887
Operações de câmbio	2.303.002	2.017.046
Aplicações no mercado aberto	538.671	512.089
Provisão de "Impairment" Operações de crédito	(188.675)	(186.304)
Provisão de "Impairment" Aplicações no mercado aberto	(294)	(215)
<b>Total</b>	<b>7.707.235</b>	<b>7.205.503</b>



**a. Operações de crédito**

Os detalhes, por tipo de operação, são indicados a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Empréstimo - Res. 2921	1.427.991	1.277.143
Títulos de créditos a receber	1.122.491	1.090.261
Capital de giro	986.725	890.213
Financiamento à exportação	982.103	718.957
Crédito rural	359.051	279.718
Crédito rotativo	168.868	591.234
Outros empréstimos	3.298	5.312
Finame	3.165	5.676
Microcrédito	839	4.373
<b>Total</b>	<b>5.054.531</b>	<b>4.862.887</b>

**b. Operações de câmbio**

Os detalhes, por tipo de operação, são indicados a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Adiantamento sobre contrato de câmbio	2.258.583	1.983.833
Rendas a receber adiantamento concedido	44.419	33.213
<b>Total</b>	<b>2.303.002</b>	<b>2.017.046</b>

**c. Aplicações no mercado aberto**

Os detalhes, por mercado aberto, são indicados a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Debêntures	538.671	512.089
<b>Total</b>	<b>538.671</b>	<b>512.089</b>

As operações de crédito a clientes tem usualmente garantias de notas promissórias e, para algumas delas, existem garantias reais e fidejussórias.

A avaliação de perdas em créditos é realizada conforme nota explicativa 34b.

As variações da rubrica Provisão de "Impairment" foram as seguintes:

<b>Saldo IFRS 09 em 31/12/2018</b>	<b>(186.304)</b>
Complemento de provisão de "Impairment" Operação de crédito	(2.371)
<b>Saldo IFRS 09 em 31/12/2019</b>	<b>(188.675)</b>

**12. ATIVOS E PASSIVOS TRIBUTÁRIOS CORRENTES E DIFERIDOS****Ativos por impostos diferidos**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

<b>Descrição</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Constituição</b>	<b>Realização</b>	<b>Saldo final</b>
<b>Imposto de renda</b>				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	49.547	2.900	-	52.447
Ajuste a mercado de derivativos	25.352	2.211	(21.219)	6.344
Provisão "Hedge" Fluxo de Caixa	2.952	2.235	(2.952)	2.235
Provisão títulos disponíveis para venda	-	479	-	479
Provisão para riscos fiscais	82.031	5.775	(1.205)	86.601
Provisão para ações judiciais	17.835	4.182	(572)	21.445
Provisão de perdas esperadas	6.873	-	(6.039)	834
Provisão para outros passivos	74.435	84.244	(82.081)	76.598
Leasing IFRS16	-	1.504	-	1.504
	<b>259.025</b>	<b>103.530</b>	<b>(114.068)</b>	<b>248.487</b>



<u>Descrição</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo final</u>
<u>Contribuição social</u>				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	39.637	2.320	-	41.957
Ajuste a mercado de derivativos	20.281	1.768	(16.975)	5.074
Provisão "Hedge" Fluxo de Caixa	2.362	1.788	(2.361)	1.789
Provisão títulos disponíveis para venda	-	383	-	383
Provisão para riscos fiscais	39.981	30.261	(964)	69.278
Provisão para ações judiciais	11.294	6.369	(478)	17.185
Provisão de perdas esperadas	5.498	-	(4.905)	593
Provisão para outros passivos	53.501	73.392	(65.640)	61.253
Leasing IFRS16	-	1.204	-	1.204
	<u>172.554</u>	<u>117.485</u>	<u>(91.323)</u>	<u>198.716</u>
<b>Total 2019</b>	<b>431.579</b>	<b>221.015</b>	<b>(205.391)</b>	<b>447.203</b>
<b>Total 2018</b>	<b>391.306</b>	<b>269.981</b>	<b>(229.708)</b>	<b>431.579</b>

#### **Passivo de impostos diferidos**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os débitos tributários diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo final</u>
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>				
Diferenças temporárias:				
Ajuste a mercado de derivativos - Lei 11.051/04	-	(25.845)	-	(25.845)
Ajuste a mercado de derivativos	(146.548)	(195.884)	146.548	(195.884)
Provisão títulos disponíveis para venda	(5.110)	(15.502)	20.612	-
<b>Total 2019</b>	<b>(151.658)</b>	<b>(237.231)</b>	<b>167.160</b>	<b>(221.729)</b>
<b>Total 2018</b>	<b>(89.883)</b>	<b>(90.161)</b>	<b>28.386</b>	<b>(151.658)</b>

A expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2019 é:

<u>Exercício social</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>de 2025 até 2029</u>	<u>Total</u>
Créditos tributários	119.869	12.665	21.820	178.908	30.492	83.449	447.203

O valor presente dos créditos tributários, em 31 de dezembro de 2019, é estimado em R\$336.632, utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

### 13. ATIVOS IMOBILIZADOS

Os ativos imobilizados do Grupo dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Grupo não tem ativos imobilizados mantidos como propriedade de investimento, nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais e não tem nenhuma obrigação contratual para investir em imobilizado. O Grupo não fez parte de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante o exercício.

As variações da rubrica Ativos imobilizados foram as seguintes:

<u>Custo de aquisição - Imobilizado</u>	<u>Equipamentos de processamento de dados</u>	<u>Outros bens</u>	<u>Imobilizado de arrendamento</u>	<u>Total 2019</u>	<u>Total 2018</u>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>8.688</b>	<b>15.110</b>	-	<b>23.798</b>	<b>10.702</b>
Adoção Inicial IFRS 16	-	-	63.449	63.449	-
Aquisições	3.555	7.339	12.735	23.629	18.465
Transferências	-	1.140	-	1.140	-
Depreciações	(3.792)	(4.869)	(21.799)	(30.460)	(4.790)
Alienações	(308)	(3.331)	-	(3.639)	(579)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>8.143</b>	<b>15.389</b>	<b>54.385</b>	<b>77.917</b>	<b>23.798</b>

### 14. ATIVOS INTANGÍVEIS

As variações da rubrica Ativos intangíveis foram as seguintes:

<u>Custo de aquisição - "Software"</u>	<u>Total 2019</u>	<u>Total 2018</u>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>22.768</b>	<b>9.612</b>
Aquisições	5.183	15.417
Transferências	(1.140)	-
Amortizações	(2.886)	(2.261)
Alienações	(4.057)	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>19.868</b>	<b>22.768</b>



## 15. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

A composição do saldo da rubrica Outros ativos financeiros é a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Negociação e intermediação de valores	225.756	46.362
Outros recebíveis	29.952	11.760
Devedores diversos - exterior	25.860	75.148
Serviços prestados a receber	23.812	23.375
Devedores diversos - país	14.201	-
Despesas antecipadas de outros ativos financeiros	2.808	5.833
<b>Total</b>	<b>322.389</b>	<b>162.478</b>
<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Outros ativos financeiros até 1 ano	320.350	158.428
Outros ativos financeiros de 1 a 5 anos	2.039	4.050
<b>Total</b>	<b>322.389</b>	<b>162.478</b>

## 16. OUTROS ATIVOS

A composição do saldo da rubrica Outros ativos ao custo amortizado é a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Devedores por depósitos em garantia	582.333	526.765
Adiantamentos diversos	6.714	6.021
Devedores diversos - país	3.297	4.972
Outros créditos a compensar/recuperar	2.346	1.530
Despesas antecipadas de outros ativos	1.849	1.290
<b>Total</b>	<b>596.539</b>	<b>540.578</b>
<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Outros ativos até 1 ano	13.668	13.650
Outros ativos acima de 1 ano	582.871	526.928
<b>Total</b>	<b>596.539</b>	<b>540.578</b>

## 17. GARANTIAS PRESTADAS

A exposição máxima se as garantias financeiras forem exigidas, são assim compostas:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fiança Bancária	3.636.546	3.020.659
"Performance bond"	3.402.907	1.858.602
Fiança de processos em juízo	2.421.103	1.501.699
Adiantamento de contrato	221.345	516.939
Pagamento de aluguel	119.153	116.048
"Bid bond"	95.185	309
"Advance payment bond"	59.511	39.544
<b>Total</b>	<b>9.955.750</b>	<b>7.053.800</b>

Essas garantias estão contabilizadas em "off-balance". Foram registradas provisões para PE por não recuperação de garantias prestadas de R\$19.952 (em 2018 R\$22.866), conforme nota explicativa 22 (ii).

As comissões a receber a valor justo correspondem a R\$15.065 (em 2018 R\$14.392) contabilizadas "pro rata temporis" pelo prazo remanescente das operações.

## 18. DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A composição do saldo da rubrica Depósitos de instituições financeiras é a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Outros depósitos de instituições financeiras	3.129.810	126.680
Captações no mercado aberto	99.389	41.283
Depósitos interfinanceiros	19.342	54.239
<b>Total</b>	<b>3.248.541</b>	<b>222.202</b>
<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Depósitos de instituições financeiras até 1 ano	1.108.034	222.202
Depósitos de instituições financeiras de 1 a 5 anos	2.140.507	-
<b>Total</b>	<b>3.248.541</b>	<b>222.202</b>



## 19. DEPÓSITOS DE CLIENTES

A composição do saldo da rubrica Depósitos de clientes é o seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Depósitos a prazo	4.021.502	4.678.794
Captações no mercado aberto	802.558	1.205.543
Depósitos à vista	642.606	578.206
Ordens de pagamento a cumprir	93.505	55.628
<b>Total</b>	<b>5.560.171</b>	<b>6.518.171</b>
<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Depósitos de clientes até 1 ano	4.365.731	4.922.622
Depósitos de clientes de 1 a 5 anos	1.194.440	1.595.549
<b>Total</b>	<b>5.560.171</b>	<b>6.518.171</b>

## 20. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Letras financeiras	2.926.016	3.819.321
Captações por certificado de operações estruturadas	2.066.361	2.020.418
Letras de crédito do agronegócio	424.022	384.936
<b>Total</b>	<b>5.416.399</b>	<b>6.224.675</b>
<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Títulos de dívida emitidos até 1 ano	3.126.585	2.336.855
Títulos de dívida emitidos de 1 a 5 anos	2.274.251	3.880.162
Títulos de dívida emitidos acima de 5 anos	15.563	7.658
<b>Total</b>	<b>5.416.399</b>	<b>6.224.675</b>

São compostas basicamente por:

<u>Descrição</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa de juros</u>	
		<u>2.019</u>	<u>2.018</u>
Letras financeiras	16/08/2023	6,52 % a.a. a 11,60 % a.a.	7,55 % a.a. a 17,23% a.a.
Captações por certificado de operações estruturadas	26/12/2024	100,00 % a.a. a 104,50 % a.a. CDI	101,00 % a.a. a 105,50% a.a. CDI
Letras de crédito do agronegócio	21/12/2020	-	6,50 % a.a. a 6,70% a.a. IPCA
		0,00 % a.a. a 28,43 % a.a.	0,00 % a.a. a 28,43 % a.a.
		90,00 % a.a. a 99,00 % a.a.	90,00 % a.a. a 96,00 % a.a.

## 21. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

A composição do saldo da rubrica Obrigações por empréstimos e repasses é o seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
<b>No país:</b>		
Repasses - FUNCAFE	132.214	106.072
Repasses - BNDES FINAME	3.143	5.261
Repasses - BNDES EXIM-PRÉ	-	382
<b>Total</b>	<b>135.357</b>	<b>111.715</b>
<b>Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado</b>		
<b>No exterior:</b>		
Empréstimos - Moeda estrangeira	6.921.677	8.200.621
<b>Total</b>	<b>6.921.677</b>	<b>8.200.621</b>
<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Obrigações por empréstimos e repasses até 1 ano	5.905.481	6.159.392
Obrigações por empréstimos e repasses de 1 a 5 anos	1.151.553	2.152.944
<b>Total</b>	<b>7.057.034</b>	<b>8.312.336</b>



São compostas basicamente por:

- i. Obrigações em Moedas Estrangeiras - contratados substancialmente com a matriz, financiamentos à importação e exportação com cartas de crédito contratadas:
  - i) Empresas do Grupo BNP Paribas, localizadas em Nova York e Paris, todos vencíveis até 15 de fevereiro de 2023 com encargos financeiros que variam de 0,34% a.a. a 2,77% a.a. (em 2018 2,41% a.a. a 3,07% a.a.), além da respectiva variação cambial;
- ii. Em 2019 não tinha posição em operações de Repasses do País BNDES;
- iii. FINAME com encargos de 5,70% a.a. a 8,00% a.a. (em 2018 5,70% a.a. a 8,00% a.a.), vencíveis até 16 de agosto de 2021;
- iv. FUNCAFE com encargos de 3,99% a.a. a 6,75% a.a. (em 2018 1,50% a.a. a 6,75% a.a.), vencíveis até 20 de agosto de 2021; e
- v. Repasses do Exterior realizadas com o Grupo BNP Paribas, localizadas em Nova York e Paris, com encargos financeiros que variam de 1,91% a.a. a 6,80% a.a. (em 2018 2,54% a.a. a 6,80% a.a.), vencíveis até 23 de outubro de 2024.

## 22. PROVISÕES

- i. Provisão para processos judiciais e administrativos e outras provisões

A posição das provisões constituídas segregadas por natureza da causa, é a seguinte:

	<b>Demandas fiscais</b>	<b>Demandas trabalhistas</b>	<b>Demandas cíveis</b>	<b>Outras provisões</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo final 31/12/2017</b>	<b>484.383</b>	<b>49.933</b>	<b>11.000</b>	<b>19.209</b>	<b>564.525</b>
Reclassificação pelo IFRS9	-	-	-	(19.209)	(19.209)
Constituição	3.086	10.336	-	-	13.422
Reversão	-	(292)	-	-	(292)
Atualizações monetárias	25.354	2.082	-	-	27.436
Baixas por pagamento	-	(1.259)	-	-	(1.259)
<b>Saldo final 31/12/2018</b>	<b>512.823</b>	<b>60.800</b>	<b>11.000</b>	<b>-</b>	<b>584.623</b>
Constituição	888	14.352	5	-	15.245
Atualizações monetárias	22.212	-	2.441	-	24.653
Baixas por pagamento	(4.819)	(2.298)	(5)	-	(7.122)
<b>Saldo final 31/12/2019</b>	<b>531.104</b>	<b>72.854</b>	<b>13.441</b>	<b>-</b>	<b>617.399</b>

As provisões são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado que o risco de perda é provável e seus montantes podem ser mensurados com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas possíveis ou remotas não são reconhecidas contabilmente e estão representados por processo de natureza cível, trabalhista e fiscal. Em 31 de dezembro de 2019, os riscos considerados como de perda possível montam em R\$226.151 (em 2018 R\$222.126). Em 2019 e 2018 não houve contingências possíveis de natureza cível.

As demandas fiscais referem-se principalmente a processos judiciais onde está sendo contestado a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para riscos fiscais era composta principalmente da provisão para pagamento da COFINS e do PIS, no valor de R\$373.979 e R\$37.751 respectivamente (em 2018 R\$362.184 e R\$36.539 respectivamente), em que o Grupo discute judicialmente a ampliação da base de cálculo estabelecida pelo Parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98 e de provisão de R\$119.374 (em 2018 R\$114.100) referente ao ISS sobre operações de fianças, avais, câmbio e crédito.

Em geral, as provisões referentes as ações judiciais do Grupo são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro. Em virtude desse fato, observamos que é difícil fazer estimativas precisas com relação ao ano específico em que a ação judicial será concluída, principalmente nas etapas iniciais de um caso. Por essa razão, o Grupo não incluiu estimativas referentes à futura data do acordo para a maioria das provisões significativas resultantes de ações judiciais.

- ii. Provisão para perdas esperadas

As variações nas provisões para perdas esperadas no período de 2019 foram as seguintes:

<b>Saldo no início do período (em 01/01/2018 após a adoção inicial IFRS9)</b>	<b>16.265</b>
Constituição	6.601
<b>Saldo final 31/12/2018</b>	<b>22.866</b>
Reversão	(2.914)
<b>Saldo final 31/12/2019</b>	<b>19.952</b>



### 23. OUTROS PASSIVOS

A composição do saldo da rubrica Outros passivos ao custo amortizado é o seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Provisão para despesas de pessoal	127.477	128.629
Arrendamento Passivo - IFRS 16	59.962	-
Outros impostos e contribuições a recolher	58.049	95.824
Provisões de despesas administrativas	53.847	50.533
Resultado de exercícios futuros	8.356	5.392
Adiantamento recebido sobre operações de câmbio	99	11.523
Diversos	98.408	56.608
<b>Total</b>	<b>406.198</b>	<b>348.509</b>

### 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### • Capital

O capital social do Banco BNP Paribas Brasil S.A. está representado por 236.432 (em 2018 - 166.829) ações ordinárias sem valores nominais, totalmente integralizadas.

#### • Destinação de resultados

Conforme definido no Estatuto do Banco são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 5% sobre o lucro líquido do exercício conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não houve a destinação de resultado para pagamento de Juros sobre Capital Próprio (em 2018 R\$140.000 a qual proporcionou uma redução na despesa de imposto de renda e contribuição social R\$63.000).

Além do Dividendos, 5% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normatizadas pelo BACEN no valor de R\$8.544, foi destinado para constituição de Reserva legal, no valor de R\$8.544 (em 2018 R\$13.866), e por liberação dos acionistas controladores foi destinado a título de Reserva Estatutária o valor de R\$153.791 (em 2018 R\$123.460).

#### • Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Banco é composta por reserva legal, reserva estatutária e lucros acumulados. O Banco não possui outras reservas de lucros.

Nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normatizadas pelo BACEN, para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco.

#### • Aumento de capital

Conforme AGE - Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 28 de março de 2019, os acionistas do Banco BNP Paribas Brasil S.A., aprovaram o aumento do capital da Sociedade em moeda corrente nacional, no valor de R\$516.540 passando de R\$1.238.066 para R\$1.754.606, com a emissão de 69.603 novas ações ordinárias passando de 166.829 para 236.432, cuja aprovação do Banco Central do Brasil-BACEN ocorreu em 24 de abril de 2019.

#### • Dividendos

Em AGE de 24 de maio de 2018 foi decidido distribuir R\$109.733 da Reserva de lucros a título de dividendos a seus acionistas referente a resultado de exercícios anteriores.

### 25. RECEITAS E DESPESAS DE JUROS E SIMILARES

A composição dos principais itens de receitas e despesas de juros está demonstrada a seguir:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Receitas de juros e similares</b>		
Instrumentos de dívida	352.497	359.721
Operações de crédito a clientes	474.555	500.533
Operações de crédito a instituições financeiras	1.056.844	1.136.219
<b>Total</b>	<b>1.883.896</b>	<b>1.996.473</b>
<b>Despesas de juros e similares</b>		
Títulos de dívida emitidos	(491.587)	(478.686)
Depósitos de clientes e depósitos de instituições financeiras	(324.920)	(408.432)
Obrigações por empréstimos e repasses	(319.068)	(234.685)
Passivos financeiro	(51.159)	(56.320)
Outros	(5.998)	(6.736)
<b>Total</b>	<b>(1.192.732)</b>	<b>(1.184.859)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>691.164</b>	<b>811.614</b>



A rubrica "Outros" é composta basicamente por despesa de contribuição ao FGC.

A composição dos principais itens das despesas de juros por depósitos de clientes e depósitos de instituições financeiras está demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Despesas de juros por depósitos de clientes e depósitos de instituições financeiras</b>		
Depósito a prazo	240.759	288.745
Operações compromissadas	74.285	108.983
Depósito interfinanceiro	9.876	10.704
<b>Total</b>	<b><u>324.920</u></b>	<b><u>408.432</u></b>

## 26. RESULTADO LÍQUIDO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Receitas de serviços e comissões</b>		
Prestação de serviços	56.378	125.794
Comissões sobre fianças prestadas	63.294	61.721
Taxa de administração	106.678	98.145
Outras comissões recebidas	57.622	53.148
<b>Total</b>	<b><u>283.972</u></b>	<b><u>338.808</u></b>
<b>Despesas de serviços e comissões</b>		
Comissões sobre adiantamentos a fornecedores	33.184	69.034
Serviços prestados	7.406	8.242
Comissões sobre fianças pagas	1.029	1.327
Outras comissões pagas	1.590	2.440
<b>Total</b>	<b><u>43.209</u></b>	<b><u>81.043</u></b>
<b>Resultado líquido de serviços e comissões</b>	<b><u>240.763</u></b>	<b><u>257.765</u></b>

## 27. RESULTADO AO VALOR JUSTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros inclui todos os ganhos e perdas relativos aos instrumentos financeiros geridos na carteira de negociação e instrumentos financeiros que o Grupo tenha designado pelo valor justo através do resultado.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Resultado de instrumentos financeiros</b>		
Derivativos	201.213	946.294
Operações cambiais	(156.413)	(339.189)
Renda fixa	112.092	48.273
Outros	4.033	3.291
<b>Total</b>	<b><u>160.925</u></b>	<b><u>658.669</u></b>
<b>Resultado de outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado</b>		
Renda fixa	(14.078)	(48.755)
Dívida Subordinada	(29.649)	8.735
<b>Total</b>	<b><u>(43.727)</u></b>	<b><u>(40.020)</u></b>
<b>Resultado de derivativos mantidos para gerenciamento de riscos</b>		
Taxa de juros e câmbio	(108.774)	578
<b>Total</b>	<b><u>(108.774)</u></b>	<b><u>578</u></b>
<b>Total Geral</b>	<b><u>8.424</u></b>	<b><u>619.227</u></b>

## 28. RESULTADO AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

O Resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreende as alterações realizadas no valor justo e dividendos sobre estes instrumentos financeiros.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Resultado de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>		
Títulos privados	44.008	9.887
Títulos públicos	81	209
<b>Total</b>	<b><u>44.089</u></b>	<b><u>10.096</u></b>

Durante o ano foram transferidas do patrimônio líquido para o resultado o valor de R\$34.050 como ganho (em 2018 R\$878 como perda) de alienação de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.



## 29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Essa rubrica está assim demonstrada:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Atualização depósito judicial	18.665	19.259
Reversão de provisão de fianças prestadas	2.914	-
Outras	24.557	2.236
<b>Total</b>	<b><u>46.136</u></b>	<b><u>21.495</u></b>

## 30. DESPESAS DE PESSOAL

A composição da rubrica Despesas de pessoal está demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Despesas de pessoal</b>		
Salários, participação nos lucros e bônus	256.348	248.313
Encargos sociais	83.366	81.928
Outros benefícios dos funcionários	39.592	39.198
Despesas com planos de aposentadoria de contribuição definida	7.870	7.201
Treinamento	1.718	2.099
<b>Total</b>	<b><u>388.894</u></b>	<b><u>378.739</u></b>

## 31. DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A rubrica Depreciação e amortização está composta como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Despesa de depreciação e amortização</b>		
Outros bens	4.869	2.248
Equipamentos de processamento de dados	3.792	2.542
Imobilizado de arrendamento - IFRS 16	21.799	-
Amortização de ativos intangíveis	2.886	2.261
<b>Total</b>	<b><u>33.346</u></b>	<b><u>7.051</u></b>

## 32. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

As Outras despesas operacionais estão compostas como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Serviços do sistema financeiro	62.039	133.735
Despesas tributárias	52.479	52.964
Atualização de provisões para ações judiciais	39.407	36.535
Processamento de dados	45.391	38.786
Despesas de arrendamentos operacionais	20.598	29.074
Serviços de terceiros	25.436	27.740
Serviços técnicos especializados	11.113	19.636
Viagens	8.167	10.688
Promoções e relações públicas	4.034	4.716
Comunicação	4.723	4.817
Transportes	1.540	2.815
Publicação e propaganda e publicidade	984	1.355
Provisão de fianças prestadas	-	6.601
Outras provisões de perdas esperadas	79	216
Outras	6.845	15.541
<b>Total</b>	<b><u>282.835</u></b>	<b><u>385.219</u></b>

As despesas tributárias, dentre outros tributos não incidentes sobre o lucro, refere-se principalmente a PIS e COFINS.

O saldo da rubrica Despesas de arrendamentos operacionais está resumido no quadro a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Despesas de arrendamentos operacionais</b>		
Aluguel de imóvel	19.011	27.318
Aluguel de carro	862	852
Aluguel outros	725	904
<b>Total</b>	<b><u>20.598</u></b>	<b><u>29.074</u></b>



Abaixo apresentamos o total dos futuros pagamentos de locações operacionais:

	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>
Aluguel de imóvel	12.975	47.095	23.237
Aluguel de carro	533	1.066	-
Aluguel outros	725	2.900	3.625
<b>Total 2019</b>	<b>14.233</b>	<b>51.061</b>	<b>26.862</b>
<b>Total 2018</b>	<b>13.515</b>	<b>46.764</b>	<b>34.584</b>

O Grupo aluga diversos imóveis para o uso em suas operações, segundo contrato de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de locação. Nenhum contrato de locação impõe restrições relacionadas a dividendos, contratação de dívidas e arrendamentos adicionais.

### 33. DESPESA DE IMPOSTO SOBRE A RENDA

#### a. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social fora assim apuradas:

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e juros sobre capital próprio	272.089	319.482
(-) Juros sobre capital próprio	-	(140.000)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	272.089	179.482
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (3s)	(108.836)	(80.767)
<u>Ajustes decorrentes da legislação fiscal:</u>		
Exclusões (adições) permanentes		
Juros sobre títulos soberanos externos e dividendos	11.987	19.234
Despesas indedutíveis, doações e incentivos, e alteração de alíquota CSLL	8.948	10.640
Diferença da alíquota distintas regimes de tributação (lucro presumido)	355	1.581
<b>Total</b>	<b>(87.546)</b>	<b>(49.312)</b>
Abertura:		
Impostos correntes	(28.417)	(4.796)
Impostos diferidos	(59.129)	(44.516)
Taxa tributária efetiva	32%	15%

#### b. Impostos diferidos reconhecidos no resultado abrangente

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Créditos tributários reconhecidos no resultado</b>		
Diferenças temporárias	50.268	64.052
Ajuste ao valor justo dos títulos e derivativos	(109.397)	(108.568)
<b>Total IR/CSLL diferido reconhecido no resultado</b>	<b>(59.129)</b>	<b>(44.516)</b>
<b>Créditos tributários reconhecidos no patrimônio</b>		
Ajuste ao valor justo dos títulos disponíveis para venda	5.972	(1.729)
Ajuste ao valor justo do "hedge" de fluxo de caixa	(1.290)	3.847
<b>Total IR/CSLL diferido reconhecido no patrimônio</b>	<b>4.682</b>	<b>2.118</b>

### 34. GERENCIAMENTO DE RISCOS

#### a. Introdução

O Banco BNP Paribas Brasil S.A., na qualidade de instituição líder do Grupo BNPP, observa os princípios estabelecidos na Resolução nº 4.557, publicada pelo Banco Central do Brasil em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida as regras e procedimentos para Gestão de Riscos e de Capital. Para os propósitos da gestão integrada de riscos do Grupo BNPP são considerados como riscos relevantes os riscos listados na normativa vigente e, adicionalmente, os riscos materiais identificados durante o processo de identificação de riscos:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de juros na carteira bancária
- Risco socioambiental



## b. Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização em instrumento financeiro decorrente da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Como contrapartes consideram-se o tomador de recursos, o garantidor e o emissor de título ou valor mobiliário adquirido.

### Escopo

Esse documento refere-se particularmente à gestão de risco de crédito no Banco BNP Paribas Brasil, cujas linhas de negócio executam operações com clientes corporativos e institucionais.

- Clientes corporativos: essencialmente grandes empresas ou pequenas e médias empresas afiliadas a grupos internacionais clientes do Grupo BNP Paribas;
- Clientes institucionais: bancos, seguradoras, corretoras de valores, fundos de investimento, órgãos soberanos, entre outros.

Dentro do Conglomerado Prudencial BNP Paribas no Brasil existem outras atividades de crédito com políticas específicas, e o risco de crédito do Conglomerado é monitorado com indicadores consolidados de acordo com a estrutura integrada de gestão de riscos.

### Princípios gerais

O Banco BNP Paribas Brasil só lida e oferece crédito a clientes suficientemente conhecidos, com uma gestão altamente comprometida e/ou que têm uma excelente reputação em seus mercados. As decisões de crédito estão bem informadas e baseadas em uma análise completa, sintética, coerente e atualizada do cliente e da transação. Isso inclui entender a fonte de reembolso final em todas as transações e verificar a adequação das transações propostas com os objetivos econômicos e a capacidade de geração de fluxo de caixa dos clientes.

Nas transações a que se compromete, o Banco BNP Paribas Brasil está muito atento à qualidade das estruturas de financiamento e dos pacotes de garantias. Procura evitar posições subordinadas e ser protegido o máximo possível por convênios e, quando julgado adequado, por meio de garantias.

O Banco BNP Paribas Brasil desenvolve e mantém uma carteira diversificada de risco de crédito, evitando grandes concentrações, especialmente em grupos econômicos individuais.

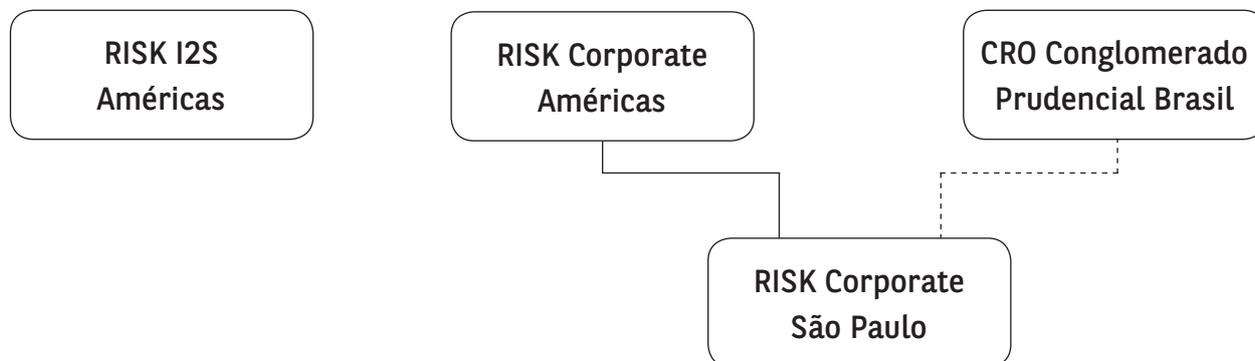
### Estrutura organizacional

No Banco BNP Paribas, o risco de crédito é monitorado por duas áreas globais de gerenciamento de risco de crédito: "RISK Corporate" para clientes corporativos, e "RISK Institutionals & Security Services" (RISK I2S) para clientes institucionais.

A área de "RISK Corporate" atua de acordo com as políticas e procedimentos globais de crédito do Grupo BNP Paribas, e tem presença em São Paulo, com uma equipe reportando hierarquicamente ao responsável global baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil, em relação com sua responsabilidade por avaliar a interpretação e a implantação das normativas locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites monitorados no Comitê de Riscos.

A área de "RISK Institutionals & Security Services" (RISK I2S) segue os mesmos princípios da área de "RISK Corporate", mas não tem equipe baseada em São Paulo.

Essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócio.



### Processos e Controles

#### Aprovação de Crédito

As áreas de negócios são as responsáveis pela preparação das solicitações de crédito, que deverão conter as informações necessárias para fundamentar uma decisão de crédito. As decisões de crédito são tomadas em Comitê de Crédito (físico ou por circulação) presidido por um titular de delegação de crédito das áreas de negócio, e requerem a concorrência da área de gerenciamento do risco de crédito relevante (RISK Corporate ou RISK I2S). São formalizadas atas assinadas pelos membros do Comitê.

A decisão final em relação ao "rating" de crédito e à taxa de recuperação do crédito concedido ("Global Recovery Rate" - GRR), determinantes essenciais da estimativa de perda esperada, pertence às áreas de gerenciamento do risco de crédito.

#### Garantias recebidas

Uma garantia é um compromisso legalmente irrevogável pelo garantidor de assumir obrigações específicas do devedor principal, no caso deste se tornar inadimplente, sendo aplicável a uma ou várias transações.

A existência de uma garantia não reduz a probabilidade de inadimplência do devedor, mas melhora o potencial de recuperação uma vez que o "default" ocorreu. É considerada na determinação da GRR da transação, chamada de "Secured GRR".



A garantia deve ser considerada pelo seu valor econômico, que o Banco deve estar em condições de monitorar. Uma diligência adequada é realizada com o objetivo de garantir que a garantia seja acessível com segurança.

#### Novas Atividades

Por norma interna do Banco BNP Paribas, a negociação de novos produtos é condicionada à aprovação das diversas funções de controle. Requer-se que a área de negócios patrocinadora do novo produto ou atividade convoque um comitê de aprovação que deve incluir um representante da área de gerenciamento de risco de crédito se implica o risco de crédito ou de contraparte. O documento de aprovação deve conter a opinião das áreas de gerenciamento de risco de crédito relevantes. Esse processo de aprovação de novas atividades não substitui a aprovação do Comitê de Crédito.

#### Métricas e Monitoramento

O processo de crédito não se encerra com a aprovação de uma operação ou limite de crédito. Os limites concedidos, bem como as operações desembolsadas devem ser monitorados durante todo o tempo de sua vigência.

Com esse objetivo, diversas métricas são produzidas para avaliar a exposição ao risco de crédito e monitorar sua evolução. O risco de crédito do Banco BNP Paribas Brasil é monitorado no Comitê de Risco de Crédito, que por sua vez fornece subsídio para o Comitê de Riscos do Conglomerado.

Entre os processos mais importantes de monitoramento estão:

- Avaliação do risco de concentração de crédito em uma mesma contraparte ou grupo econômico, seguindo os limites definidos pelo regulador.
- Avaliação do risco país, evitando a concentração de crédito em devedores que operam em um mesmo país com economia frágil, estrutura política instável ou ambiente legal ineficiente.
- Avaliação do risco por indústrias, evitando concentração em setores econômicos mais sensíveis.
- Registro de contrapartes na lista de atenção ("Watchlist") quando é detectado algum indício de aumento de risco.
- Registro de ativos problemáticos ("Doubtful") quando há atraso de mais de 90 (noventa) dias no cumprimento da obrigação ou indicativos de que a obrigação não será honrada.
- Revisão anual de crédito de todos os clientes (para grupos econômicos com concentração maior que 5% do patrimônio do banco, a revisão é semestral).

#### Exposição consolidada ao risco de crédito:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado</b>		
Instrumentos de dívida	2.209.419	1.250.359
Derivativos	690.213	607.055
Operações de crédito a instituições financeiras	-	322.213
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Instrumentos de dívida	1.972.460	1.380.119
Operações de crédito a instituições financeiras	6.694.741	8.207.570
Operações de crédito a clientes	7.896.204	7.392.022
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>		
Instrumentos de dívida	1.000.203	895.633
Garantias prestadas ("off balance")	9.955.750	7.053.800
<b>Exposição bruta</b>	<b>30.418.990</b>	<b>27.108.771</b>
Provisão "impairment" - Garantias prestadas e Operações de crédito	(208.921)	(209.385)
<b>Exposição líquida</b>	<b>30.210.069</b>	<b>26.899.386</b>

Apresentamos abaixo uma análise das concentrações de risco de crédito por setor na data de balanço:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Governo	7.031.411	4.672.999
Indústria	3.895.397	3.227.037
Comércio	468.290	472.611
Instituição financeira	6.719.058	8.551.760
Outros serviços	12.116.343	9.985.649
Pessoa física	188.491	198.715
<b>Exposição bruta</b>	<b>30.418.990</b>	<b>27.108.771</b>
Provisão "impairment" - Estágio 01	(3.452)	(10.158)
Provisão "impairment" - Estágio 02	(1.676)	(5.037)
Provisão "impairment" - Estágio 03	(203.793)	(194.190)
<b>Exposição líquida</b>	<b>30.210.069</b>	<b>26.899.386</b>



Do total da exposição líquida consolidada ao risco de crédito as operações vencidas compreendem:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Operações de crédito a clientes - Adiantamento de Contrato de Câmbio		
Até 60 dias	-	538
Acima de 60 dias	135.889	135.889
Garantias prestadas ("Off balance")		
Até 60 dias	10.512	13.275
Acima de 60 dias	107.567	17.587
<b>Total de operações vencidas</b>	<b>253.968</b>	<b>167.289</b>

Em 2019 e 2018 não houve recuperação de créditos baixados como prejuízo e valores baixados para prejuízo em 2019 e 2018. Em 2019 existiam contratos renegociados no valor de R\$1.245.132 (R\$962.764 em 2018).

**c. Risco de liquidez**

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

**Escopo**

O risco de liquidez é monitorado para todas as entidades do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil, considerando todos os itens do balanço e de contas de compensação; todas as moedas; todos os horizontes de tempo (do intradia até o mais longo prazo); nas condições normais do negócio e em situações de estresse.

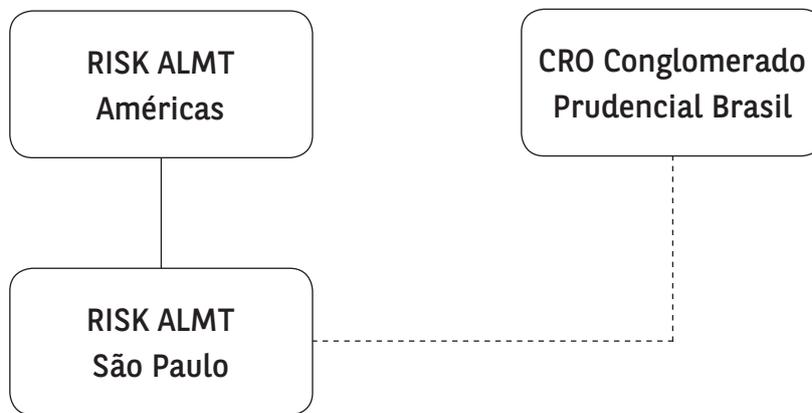
**Princípios de gerenciamento**

O Conglomerado faz a gestão do risco de liquidez para manter uma posição estrutural de liquidez segura, resiliente aos ambientes de estresse no curto e médio prazo, sempre monitorando a dependência em relação aos mercados de capitais. Essa gestão prudente do risco de liquidez é alcançada pela manutenção de uma reserva de alta liquidez que permite ao Conglomerado resistir a grandes fluxos de saída de recursos e rupturas nas fontes de captação.

**Estrutura organizacional**

O gerenciamento da liquidez do Conglomerado é feito pelo Comitê de Ativos e Obrigações ("Assets and Liabilities Committee") denominado ALCO. A área de negócios responsável por operacionalizar as decisões do ALCO é a "ALM Treasury" (ALMT) baseada em São Paulo com reporte hierárquico ao "Head" do Território.

A área responsável pelo monitoramento do risco de liquidez globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ALMT. Tem presença em São Paulo com uma equipe reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil e é responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de liquidez e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de liquidez monitorados no Comitê de Riscos. Essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócio.



**Processos e controles**

**Perímetro de atuação**

De acordo com os princípios globais do Grupo BNP Paribas, o Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil é considerado um Perímetro de Liquidez Local, sendo o Banco BNP Paribas Brasil S.A. uma Entidade de Referência e as outras entidades do Conglomerado denominadas Entidade Dependentes. Dentro desse Perímetro de Liquidez Local, o acesso ao mercado e ao Banco Central é feito pela Entidade de Referência e a transferência de liquidez para as Entidades Dependentes pode ser feita sem restrições relevantes.

A matriz do Grupo BNP Paribas é considerada como a Entidade de Referência do Perímetro de Liquidez Global. As transferências entre os perímetros local e global são reguladas pelas políticas internas do Grupo e pelas normas de câmbio de cada país.



## Processos operacionais da área de ALMT

A área de "ALM Treasury" é responsável por captar recursos no mercado monetário para todos os prazos, em todas as moedas. Tem acesso exclusivo ao mercado monetário e a responsabilidade de assegurar o financiamento para as linhas de negócio, protegendo a integridade do Conglomerado.

A ALMT segue uma política para manter uma Capacidade de Contrabalanceamento cujo objetivo é ser uma reserva de liquidez com disponibilidade para situações de estresse. Essa reserva é composta de caixa no Banco Central, Títulos Públicos de alta liquidez ou outros ativos líquidos como linhas interbancárias e certificados de depósito interbancário.

A área de ALMT monitora o saldo de caixa diário e as necessidades intradia; tem acesso exclusivo ao Banco Central participando da política monetária e recorrendo à janela de redesconto em circunstâncias adversas de liquidez; diversifica as fontes de financiamento; usa o portfólio de crédito como lastro para emissões de dívida e securitizações; monitora a regulamentação sobre as transferências de liquidez; financia as entidades do Conglomerado Prudencial observando os princípios de financiamento intragrupo; aplica uma política de preços de liquidez para cada entidade conforme aprovado pelo ALCO.

### Gestão do risco de liquidez

A gestão de risco de liquidez obedece à política interna que tem como objetivo assegurar a conformidade com o perfil de risco do Conglomerado BNP Paribas aprovado pelas Diretorias como determinado na Declaração de Apetite por Riscos ("RAS") e com as regulamentações locais e do Grupo BNP Paribas.

O propósito da gestão de risco de liquidez é assegurar uma situação saudável no perímetro global e no perímetro local. Conta com uma organização que tem como objetivos:

- Assegurar uma análise precisa sobre os perfis globais e locais de liquidez, definindo uma tolerância ao risco baseada em métricas. As principais métricas monitoradas são:
  - Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR, "Liquidity Coverage Ratio"): mede a quantidade de ativos de alta liquidez em relação à projeção de fluxos de caixa de saída entre hoje e 30 dias em um cenário de estresse padrão.
  - Indicador de Teste de Estresse Interno de Liquidez (ILST, "Internal Liquidity Stress Test"): mede a quantidade de ativos de alta liquidez em relação à projeção de fluxos de caixa de saída entre hoje e 90 dias em um cenário de estresse padrão.
- Antecipar e controlar o mercado monetário e necessidades de reserva de liquidez de acordo com as estratégias de negócios e planos de crescimento. Esse objetivo demanda uma integração completa da liquidez com o processo de orçamento das áreas de negócios. A utilização do negócio é gerenciada por métricas de volume apresentadas para o ALCO, incluindo limites regulatórios e revisões dos preços internos.

Em uma frequência regular, o ALCO monitora o risco de liquidez, avaliando se a situação no nível do Conglomerado Prudencial está de acordo com o perfil de liquidez desejado. O ALCO determina estratégias de mitigação do risco de liquidez, incluindo a ativação do Plano de Contingência de Liquidez, se necessário.

### Prazos contratuais remanescentes de passivos financeiros

Os valores reportados refletem os fluxos de caixa contratados não descontados e portanto, podem diferir daqueles constantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

**31/12/2019**

<b>PASSIVO</b>	<b>Até 1 mês</b>	<b>De 1 a 3 meses</b>	<b>De 3 meses a 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total 2019</b>	<b>Total 2018</b>
<b>Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado</b>							
Passivos financeiro	20.141	104.144	21.496	719.910	310.650	<b>1.176.341</b>	1.148.541
Derivativos	61.421	93.618	545.444	931.006	226.685	<b>1.858.174</b>	1.797.839
Obrigações por empréstimos e repasses	1.619.841	884.996	3.290.214	1.126.626	-	<b>6.921.677</b>	8.200.621
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>							
Depósitos de instituições financeiras	109.605	31	1.020.090	2.293.672	-	<b>3.423.398</b>	222.202
Depósitos de clientes	1.641.032	647.039	2.046.941	1.227.273	22.754	<b>5.585.039</b>	6.520.367
Títulos de dívida emitidos	355.570	954.814	1.818.122	2.289.011	15.563	<b>5.433.080</b>	6.258.657
Obrigações por empréstimos e repasses	-	1.421	111.001	25.892	-	<b>138.314</b>	114.707
<b>Total</b>	<b>3.807.610</b>	<b>2.686.063</b>	<b>8.853.308</b>	<b>8.613.390</b>	<b>575.652</b>	<b>24.536.023</b>	<b>24.262.934</b>

Deste montante, R\$5.167.855 (em 2018 R\$6.449.924) referem-se a CDB e Derivativos e podem sofrer resgates antecipados.

#### d. Risco de mercado

O risco de mercado pode ser definido como a variação no valor dos ativos financeiros que possam gerar perdas para instituição decorrentes da variação de parâmetros de mercado tais como cotações de câmbio, ações, commodities, taxas de juros e indexadores como os de inflação por exemplo.

##### Escopo

O risco de mercado é monitorado para os produtos do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil classificados em carteiras de negociação ("trading book") gerenciadas pela linha de negócio Global Markets. Dentro do perímetro de Global Markets existem alguns casos de carteiras classificadas como carteira bancária ("banking book"); essas carteiras são associadas a operações estruturadas de financiamento que são aprovadas dentro de comitês de transações excepcionais.

O risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB) é monitorado através de outra estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.



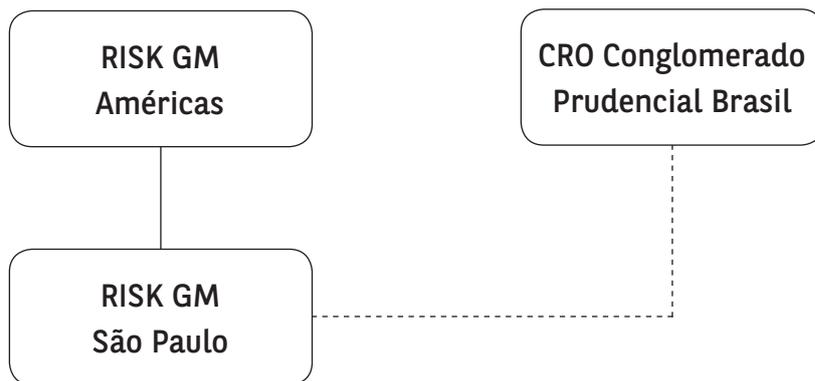
## **Princípios de gerenciamento**

As atividades de negociação (“trading”) do Conglomerado são baseadas em uma abordagem voltada a intermediação e a formação de mercado para o cliente, aproveitando-se da presença global nas atividades com clientes Corporate e Institucionais, em conformidade com todas as leis e regulamentações, incluindo normas francesas (“French Banking Law”) e norte-americanas (“Volcker Rule”). O Conglomerado procura manter um nível de risco de mercado adequado com o modelo de negócios voltado ao cliente e restringe continuamente o nível de perda máxima por risco de mercado em um cenário de estresse.

O Conglomerado tem também como objetivo a proteção contra incertezas na valorização de produtos complexos e de baixa liquidez, dado que esse tipo de risco é sensível em relação às mudanças na economia, tem limitada margem de manobra para mitigação e provavelmente um alto custo para sair da posição. Consequentemente, o Conglomerado procura garantir que os portfólios formados por instrumentos complexos tenham um nível de investimento gerenciável e uma concentração limitada.

## **Estrutura organizacional**

A área responsável pelo monitoramento do risco de mercado globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK Global Markets (RISK GM). Tem presença em São Paulo com um time (RISK GM SP) reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil e é responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de mercado e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. Essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócio.



## **Processos e controles**

A exposição a qualquer fator de risco que influencie o valor a mercado das posições de Global Markets deve ser controlada e contida dentro de limites pré-definidos.

Para controlar o risco de mercado são utilizadas métricas calculadas com modelos matemáticos que utilizam como parâmetros as cotações e índices observados no mercado e o estoque de operações e ativos financeiros detidos pelo Conglomerado.

## **Principais métricas**

O conjunto de fatores de riscos monitorados abrange, entre outros, os listados abaixo:

### **Exposição Cambial**

A exposição cambial em moeda estrangeira, medida através da variação na marcação a mercado decorrente de um choque de 1% de variação na taxa de câmbio.

### **Riscos de taxas de juros**

A exposição às variações nas taxas de juros (PV01), inclusive os cupons de:

- Moeda estrangeira
- Inflação
- Juros

### **Volatilidade**

A exposição às volatilidades de taxa de juros e taxas de câmbio, medida pelo fator Vega.

### **Value at Risk - VaR**

O uso do VaR é atualmente restrito apenas a carteiras de negociação. O VaR é uma medida estatística da máxima perda diária associada a marcação a mercado em condições de mercado normais correspondente a um intervalo de confiança de 99%.

### **Limites**

RISK GM SP monitora diariamente o enquadramento das linhas de negócio aos seus respectivos limites e envelopes baseado na posição de fechamento de cada dia.

Novos limites ou alterações de limites são propostos pela área de negócios aos seus respectivos gestores e submetidos à RISK GM SP para análise e concordância ou recomendação de alteração. O analista de RISK GM SP deve avaliar a proposta e formar sua opinião em relação ao nível dos riscos em termos absolutos (levando em consideração a liquidez do mercado, por exemplo) e em termos relativos levando em consideração o impacto de um teste de estresse em comparação com o tamanho da atividade e nível de capital da entidade em que é realizada. O analista deve também avaliar a adequação em relação ao perfil de risco e ao mandato da atividade, assim como a adequação a regulações vigentes (locais e globais) entre outros fatores.



É responsabilidade em fim de RISK GM SP assegurar-se que os limites são calibrados adequadamente a partir de revisões periódicas e também advertir sobre a necessidade de alterações pontuais caso o cenário econômico-financeiro sofra mudanças significativas.

As posições que causam uma extrapolação de limite devem ser devidamente documentadas tanto nos relatórios de circulação global como nos sistemas internos de risco de mercado. O RISK GM SP deve seguir ações definidas em procedimento global para assegurar o pronto enquadramento das posições que geraram a extrapolação.

#### Novas Atividades

Por norma interna do Banco BNP Paribas, a negociação de novos produtos é condicionada à aprovação das diversas funções de controle. Requer-se que a área de negócios patrocinadora do novo produto ou atividade convoque um comitê de aprovação que deve incluir um representante do Risk GM.

Por sua vez RISK GM SP tem a missão de verificar que os riscos de mercado inerentes a novas atividades são passíveis de monitoramento e possuem limites já estabelecidos. O documento de aprovação deve conter uma análise detalhada sobre os riscos de mercado. Os pedidos de desenvolvimento tecnológicos, eventuais limites a serem definidos e demais condições necessárias ao controle dos riscos de mercado devem constar no documento.

Segue abaixo os valores de exposição (RWA) segregado por risco de mercado:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Fator de risco</b>		
Risco relacionados a taxas de juros prefixadas em reais	719.125	642.712
Risco relacionados a variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras	1.318.739	2.191.420
Risco relacionados a variação da taxa dos cupons de índices de preços	655.045	828.591
Risco relacionados a preço de ações da carteira de negociação	24.736	14.196
Risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos e passivos sujeitos a variação cambial	<u>264.327</u>	<u>209.212</u>
<b>Total</b>	<u><b>2.981.972</b></u>	<u><b>3.886.131</b></u>

#### e. Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, bem como eventos externos. Inclui-se, também, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco BNP Paribas Brasil, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco").

No Banco BNP Paribas Brasil, entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas;
- Fraudes externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Banco;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades do Banco;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação; ou
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades do Banco.

Os eventos externos de risco operacional não contemplam perdas por inadimplência (risco de crédito) ou por variações de mercado (riscos de liquidez/mercado), a menos que sejam oriundas de fraudes ou falhas nas etapas de controle.

#### Escopo

Esse documento refere-se particularmente à gestão de risco operacional no Banco.

Existem políticas específicas para as outras entidades do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil e o risco operacional do Conglomerado é monitorado com indicadores consolidados de acordo com a estrutura integrada de gestão de riscos.

#### Princípios

O Banco BNP Paribas visa a proteger seus clientes, seus colaboradores e seus acionistas do risco operacional evitando-o, mitigando-o ou transferindo-o. O Banco se esforça para manter este risco em níveis aceitáveis. O Banco desenvolveu, em linha com as diretrizes do Grupo BNP Paribas, uma estrutura completa de gerenciamento de riscos e controles, incluindo programas de conscientização e cultura de risco operacional, identificação de riscos e antecipação, técnicas de mitigação de riscos, monitoramento e governança.

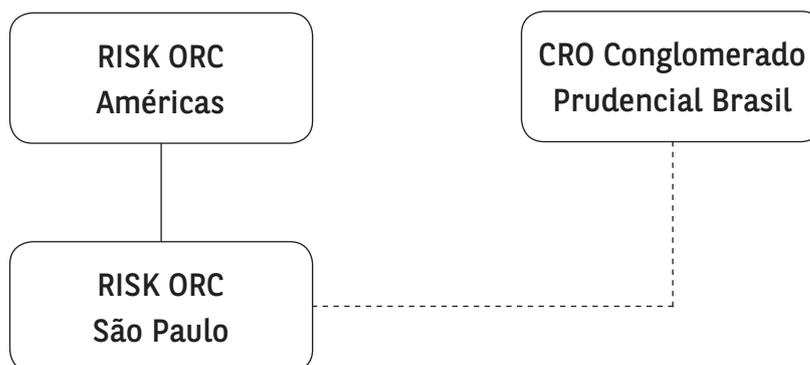
Em adição ao princípio geral relativo ao gerenciamento do risco operacional acima, o Banco considera que três áreas específicas tem relevância particular com respeito ao risco operacional, e desenvolveu princípios específicos: são elas Segurança Financeira, Conduta, e Segurança da Informação.

#### Estrutura organizacional

A área responsável pelo monitoramento do risco operacional globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ORC ("Operational Risk Control"). Tem presença em São Paulo com um time reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO ("Chief Risk Officer") do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil e é responsável por avaliar a interpretação e a implantação de normas do Grupo e normativos locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos.



Da mesma forma como acontece com os demais riscos do Banco, essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócios.



As diretrizes gerais de controles internos são definidas pelo Comitê de Controles Internos, denominado ICC (*"Internal Controls Committee"*), que também monitora a efetiva implantação das políticas.

Os principais riscos identificados pela área de RISK ORC e reportados em ICC também são monitorados no Comitê de Riscos do Conglomerado Prudencial, através de métricas e limites definidos na Declaração de Apetite por Riscos, RAS (*"Risk Appetite Statement"*).

#### **Processos e Controles**

##### **Auto Avaliação dos Riscos e Controles**

Cada área de negócio ou função é responsável pela auto avaliação dos riscos operacionais relacionados aos processos dentro do seu perímetro de atuação. A área de RISK ORC coordena o processo, consolida as informações e fornece uma segunda opinião sobre os resultados, podendo questionar e solicitar uma revisão.

O processo de avaliação de riscos é composto por cinco componentes principais, sendo eles:

- A identificação dos riscos, com o objetivo de identificar as principais áreas de risco, tipo de evento e requisitos regulatórios;
- A análise e avaliação dos riscos inerentes, com o objetivo de avaliar a criticidade das principais áreas de exposição ao risco intrínseco; O risco inerente não visa avaliar o risco sem qualquer estrutura de controle, mas o nível de risco intrínseco ao qual uma atividade ou processo está exposto;
- A análise do funcionamento do sistema de controle atual, destinada a avaliar a qualidade das medidas implantadas para reduzir o nível de risco subjacente;
- A análise de indicadores dinâmicos de risco, com o objetivo de avaliar as distorções atuais ou futuras em relação à situação operacional normal para o sistema de controles;
- O risco residual, que fornece uma avaliação do risco considerando o funcionamento efetivo do *"framework"* de controles.

##### **Registro de Incidentes de Risco Operacional**

Um incidente de risco operacional é definido como "um evento real que se origina da insuficiência ou falha de processos internos, ou de eventos externos, que conduziram ou poderiam conduzir a uma perda, a um ganho indevido ou a um custo de oportunidade".

Todo colaborador do Banco tem o dever de reportar qualquer incidente de risco operacional ao seu superior ou a qualquer outra pessoa designada para essa finalidade.

O registro dos incidentes deve conter minimamente os seguintes aspectos:

- Evento: a análise da evolução dos eventos conhecidos e potenciais facilita a gestão do risco operacional, na medida em que fornece informações que possibilitam antecipar incidentes ou definir sinais de alerta que indiquem um processo ineficiente ou defeituoso. Essas informações podem resultar da observação de eventos externos, de uma avaliação de processos internos ou de uma análise de eventos potenciais;
- Causa: ao compreender e gerenciar as causas de eventos conhecidos e potenciais é possível diminuir a frequência de sua ocorrência e/ou a severidade de seus impactos, ou mesmo evitar que eles voltem a acontecer. Para tanto, é fundamental que sejam estabelecidas e implantadas ações corretivas;
- Efeito: efeito de eventos reconhecidos ou potenciais geralmente resulta em um impacto financeiro nos lucros ou no patrimônio líquido. Um dos objetivos do processo de gerenciamento de risco operacional é reduzir os efeitos de eventos adversos. Na ausência de gerenciamento, a gravidade da perda final do incidente pode ser potencializada.

##### **Capital Regulatório de Risco Operacional**

Como medida para proteger a solvência das instituições financeiras bem como as partes envolvidas em seus negócios, o acordo de Basiléia estabelece a necessidade das instituições financeiras alocarem uma parcela de seu capital com o objetivo de fazer frente a eventuais perdas operacionais.

O Banco optou por utilizar a metodologia de abordagem básica (BIA - *"Basic Indicator Approach"*) para a alocação de capital regulatório para fins de riscos operacionais, por considerar que é a mais apropriada de acordo com a natureza e complexidade dos produtos, serviços e atividades do Banco.

A operacionalização do cálculo de alocação de capital pelo método BIA e análises/avaliações para a alta administração do Banco, incluindo os demonstrativos contábeis, são providenciadas pela área de Finanças, uma vez que todo o cálculo, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, é baseado nas contas do Plano Contábil (COSIF).

É objetivo permanente do Banco o aprimoramento contínuo da qualidade na gestão de riscos e atingir padrões que possibilitem a migração futura para metodologias mais sofisticadas que permitam a alocação de uma parcela de capital que reflita uma adequação mais precisa ao perfil de risco da instituição.



#### f. **Risco de Juros na Carteira Bancária**

Define-se o Risco de Juros na Carteira Bancária (IRRBB) como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

##### **Escopo**

O IRRBB é monitorado para todas as entidades do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil, considerando todos os itens do balanço classificados na carteira bancária.

A carteira bancária é composta basicamente por:

- Atividades de intermediação bancária como varejo, financiamento e demais operações bancárias com empresas e instituições financeiras (incluindo a captação de recursos no atacado);
- Atividades corporativas como investimentos em capital de entidades não financeiras, capital próprio, escritório e equipamentos;
- Operações que mitiguem riscos de liquidez na carteira bancária como, por exemplo, reservas de liquidez e operações de câmbio;
- Operações que mitiguem risco de juros, de moeda e de crédito na carteira bancária.

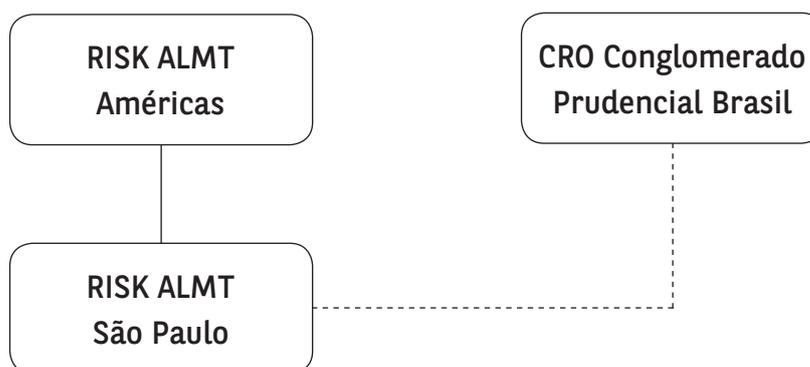
##### **Princípios de gerenciamento**

O Conglomerado gerencia o IRRBB de forma a contribuir para a estabilização dos resultados em um nível sustentável no tempo e mantendo os riscos de perda dentro de limites aceitáveis. O Conglomerado gerencia o IRRBB através de estreita coordenação com as estratégias de médio e longo prazo das áreas de negócio e reinvestindo de forma prudente o capital.

##### **Estrutura organizacional**

O gerenciamento do IRRBB do Conglomerado é feito pelo Comitê de Ativos e Obrigações (“*Assets and Liabilities Committee*”) denominado ALCO. A área de negócios responsável por operacionalizar as decisões do ALCO é a ALM *Treasury* (ALMT) baseada em São Paulo com reporte hierárquico ao Head do Território.

A área responsável pelo monitoramento do IRRBB globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ALMT. Tem presença em São Paulo com uma equipe reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil e é responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de liquidez e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de liquidez monitorados no Comitê de Riscos. Essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócio.



##### **Processos e controles**

###### **Classificação do IRRBB**

O IRRBB pode ser dividido em diferentes classificações, dependendo da extensão em que o risco pode ser transferido para a gestão da ALMT:

###### **Risco de taxa de juros padrão simples**

Originado por instrumentos cuja exposição à taxa de juros pode ser derivada diretamente das características contratuais. Basicamente, se aplica a empréstimos sem pré-pagamento que podem ter o risco totalmente transferido para a ALMT por instrumentos similares. Esses instrumentos podem ter liquidação com taxa pré-fixada ou ser indexados por índices convencionais como CDI, SELIC, IPCA, LIBOR, etc.

O principal componente do risco de taxa de juros padrão está relacionado com o descasamento de vencimentos e com a valorização a mercado dos ativos, dos passivos, e das posições de curto e longo prazo no balanço prudencial (“*re-pricing risk*” ou “*gapping risk*”).

###### **Risco de taxa de juros padrão complexos**

Originado por instrumentos que dependem de parâmetros externos como comportamentais (clientes, concorrentes, etc.) ou ambientais (econômicos, impostos, etc.). Para esses instrumentos, o risco de taxa de juros é representado por uma combinação de instrumentos simples que maximize a transferência do risco para a ALMT. Isso se aplica a empréstimos com pré-pagamento e a depósitos com resgate sob demanda ou com retorno que não segue exatamente os índices de mercado convencionais.

###### **Risco de taxa de juros estrutural**

Risco originado por passivos não remunerados como depósitos à vista e capital próprio. Para esses itens não é possível determinar um processo de transferência do risco para a ALMT.

###### **Risco de opções**

O risco originado por opções (“*option risk*”), incluindo opções explícitas de taxa de juros e opções implícitas em produtos complexos de taxas de juros (por exemplo, clientes resgatando depósitos de taxa fixa após a mudança das taxas de mercado).



### **Risco de “hedge” imperfeito**

O risco de “hedge” imperfeito origina-se em operações com o objetivo de mitigar um risco, mas que são valorizadas em condições um pouco diferentes do ativo objeto (“basis risk”).

### **Risco de curva de juros**

Esse risco é originado nas mudanças de inclinação e no formato das curvas de rentabilidade futura (“yield curve risk”).

### **Estratégias de mitigação dos riscos**

As operações de mitigação do IRRBB devem ser consistentes com a estratégia definida no ALCO. A estratégia de mitigação deve identificar o risco a ser mitigado e garantir que todas as métricas de risco permaneçam dentro dos limites desejados.

As estratégias devem ser estáveis durante o tempo, sem mudanças significativas por pelo menos 3 meses após sua implantação. Se for necessária alguma mudança antes desse prazo, a alteração deve ser documentada e aprovada.

As operações para mitigação dos riscos devem ser consideradas dentro do contexto da estratégia de mitigação do IRRBB e não feitas operação por operação (“microhedge”). Dessa forma as operações podem ser liquidadas antecipadamente ou reduzidas durante o tempo para permitir uma estratégia única de “hedge” do IRRBB.

A estratégia deve ser definida de acordo com a natureza do risco (risco de taxa de juros padrão ou estrutural) e com os tipos de operações cujo risco está sendo gerenciado.

### **Operações internas**

Todas as operações internas, que consistem em operações intragrupo e intra-entidade (“internal deals”), devem ser executadas dentro de condições de livre concorrência e independência entre as partes, da mesma forma que são feitas com o mercado externo. Isso se aplica aos seguintes tipos de operação:

- Operações de “hedge” com a área de “Global Markets”.
- Empréstimos para as demais áreas comerciais.
- Empréstimos entre as áreas “Structural ALM” (gestão do capital) e “ALM Treasury” ou entre as diversas localidades com tesouraria que tenham necessidade de transferir os riscos de taxa de juros padrão.

### **Métricas e limites**

As principais métricas de monitoramento do IRRBB são:

- “Interest rate gap”, que mede para cada intervalo de tempo futuro, o potencial descasamento entre ativos e passivos pré-fixados e entre os indexadores mais significativos;
- “Annual net interest income sensitivities” (NII), que avalia o resultado da intermediação financeira num prazo de três anos dentro de alguns cenários de taxa de juros;
- “Economic value sensitivity” (EVE), que avalia a sensibilidade do valor econômico do capital a variações na taxa de juros.

## **g. Risco Socioambiental**

### **Introdução**

A primeira missão do Grupo BNP Paribas globalmente é ser um parceiro responsável e de longo prazo de seus clientes. Para esse fim, adota como princípios fundamentais a realização de uma gestão integrada de seus riscos e a observância à estrita ética nos negócios.

A Carta de Responsabilidade BNP Paribas, assinada pelo Presidente do Conselho de Administração e pelo Presidente Executivo do Grupo BNP Paribas no mundo, é o documento institucional que formaliza os compromissos, simbolizados por quatro grandes pilares: a responsabilidade econômica, social, cívica e a ambiental. Eles se aplicam a todas as unidades de negócio do Grupo BNP Paribas ao redor do mundo.

Tendo a Carta de Responsabilidade como diretriz, cada unidade de negócio pode construir políticas específicas, atendendo às peculiaridades da legislação local.

A presente Política de Responsabilidade Socioambiental (“Política” ou “PRSA”) reflete as diretrizes da Carta de Responsabilidade BNP Paribas, ajustadas às peculiaridades da legislação socioambiental brasileira. Esta Política se aplica aos negócios e atividades desenvolvidos neste país pelo BNP Paribas Brasil, que compreende o Banco BNP Paribas Brasil S.A. e a BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.

### **Objetivo**

Esta Política estabelece os princípios e as diretrizes norteadoras da estrutura socioambiental desenvolvida pelo BNP Paribas Brasil, que compreende:

- a governança das questões socioambientais;
- a relação com as partes interessadas;
- a avaliação e a gestão do risco socioambiental das atividades e dos negócios da instituição no Brasil.

### **Princípios**

A estrutura de governança e de gestão das questões socioambientais desenvolvida pelo BNP Paribas Brasil está pautada nos seguintes princípios fundamentais:

- Na relação com a sociedade: respeito aos Direitos Humanos e compromisso para a proteção do meio ambiente;
- Na relação com as partes interessadas: diálogo e ética. O BNP Paribas Brasil é acessível aos clientes, colaboradores, fornecedores, dentre outros, munindo-os das informações corretas e adequadas;
- Nas suas Operações: gestão adequada do risco socioambiental, atendidos aos princípios da relevância, da proporcionalidade e da eficiência;



- Nas suas Atividades: consumo responsável e melhoria contínua das práticas socioambientais. O BNP Paribas Brasil investe em iniciativas de redução do consumo de recursos naturais, emissão de gases de efeito estufa e destinação adequada dos resíduos das suas atividades.

#### Diretrizes

##### Estrutura de Governança

O BNP Paribas Brasil possui estrutura de governança específica para o tratamento das questões socioambientais, a qual compreende:

- O Comitê de Responsabilidade Socioambiental (CRSA), responsável pelo acompanhamento periódico da aderência, pelas áreas da instituição, às exigências decorrentes desta Política e das demais políticas relacionadas;
- Outros comitês que consideram a variável socioambiental na aprovação de novos clientes, de novas operações financeiras, e na avaliação de novas modalidades de produtos e serviços;
- Sistemas, rotinas e procedimentos para o gerenciamento do risco socioambiental.

Todas as áreas do BNP Paribas Brasil são responsáveis pelo cumprimento e disseminação dos conceitos, princípios e diretrizes desta Política.

##### Avaliação e gestão do risco socioambiental das operações e atividades da instituição

O BNP Paribas Brasil reconhece o risco socioambiental como um componente das diversas modalidades de risco a que está exposto. Nesse contexto, atendendo aos princípios da proporcionalidade, da relevância e da eficiência, a instituição considera a variável socioambiental na análise (i) de clientes; (ii) de novos produtos e serviços; (iii) de determinadas operações financeiras; (iv) de investimentos; e (v) de processos internos - em suas atividades.

Os critérios e regras para avaliação dos aspectos socioambientais indicados nos itens acima são objeto de políticas específicas.

#### h. Gerenciamento do capital

A estrutura de gerenciamento de capital abrange as instituições do Conglomerado Prudencial do BNP Paribas Brasil e é efetuada através do Comitê de Monitoramento de Capital.

##### Comitê de Monitoramento de Capital

A principal função do Comitê de Monitoramento do Capital é auxiliar as Diretorias Estatutárias no cumprimento de suas responsabilidades de gerenciamento de capital de cada Entidade e do Conglomerado.

As atribuições do Comitê de Capital abrangem os itens a seguir:

- Monitorar e controlar o capital mantido pelo Conglomerado.
- Avaliar a necessidade de capital face aos riscos incorridos pelo Conglomerado.
- Recomendar anualmente às Diretorias:
  - Plano de capital de acordo com os objetivos estratégicos do Conglomerado.
  - Plano de contingência de capital.
- Incorporar resultados do programa de teste de estresse nos planos de capital.
- Propor recomendações sobre a Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital ao Comitê de Riscos.
- Validar anualmente a destinação de resultados a ser proposta ao *Group Finance - Gestion Financière* (matriz).

##### Plano de Capital

O Plano de Capital é preparado pela área de Finance, com subsídios do planejamento estratégico das linhas de negócio e do Comitê de Riscos e abrange um horizonte de três anos.

##### Plano de Contingência de Capital

Em consonância com o Regimento do Comitê de Monitoramento do Capital, em suas atribuições, os membros do Comitê de Capital são responsáveis por definir a abordagem a ser seguida quando da necessidade de aplicação do Plano de Contingência de Capital.

O Plano de Contingência de Capital é formalizado em reunião ordinária ou extraordinária, sempre que houver o seu acionamento.

#### CAPITAL REGULATÓRIO - LIMITES DE BASILEIA

Segue demonstração do Capital Regulatório para atendimento do limite de Basileia.

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Patrimônio de Referência</b>		
Nível I	4.277.634	3.305.242
Capital Principal	4.277.634	3.305.242
Nível II	750.018	840.423
<b>Total (Nível I + Nível II)</b>	<b>5.027.652</b>	<b>4.145.665</b>
<b>Exigibilidades para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco</b>		
De Crédito	22.506.089	20.766.372
De Mercado	2.981.972	3.886.131
Operacional	4.549.457	3.910.945
<b>Ativos ponderados pelo risco</b>	<b>30.037.518</b>	<b>28.563.448</b>
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido</b>	<b>2.403.001</b>	<b>2.463.597</b>
Margem em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	2.624.650	1.682.068
Índice da Basileia	16,74%	14,51%



### 35. PARTES RELACIONADAS

#### a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado. As operações entre as empresas incluídas na consolidação (nota explicativa 3a) foram eliminadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo se traduzem conforme quadro abaixo:

Descrição	2019		2018	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
<b>Caixa e equivalentes de caixa e Operações de crédito</b>				
<b>a instituições financeiras</b>	<b>11.288.645</b>	<b>738.960</b>	<b>11.464.833</b>	<b>769.103</b>
BNP Paribas - Paris	163.517	(8.328)	2.933.092	(39.234)
Grupo BNP Paribas	42.717	10.480	6.974	1.949
Grupo Cetelem	11.082.411	736.808	8.524.767	806.388
<b>Derivativos a Receber/(a pagar)</b>	<b>(100.972)</b>	<b>342.211</b>	<b>(400.939)</b>	<b>(491.959)</b>
BNP Paribas - Paris	-	-	-	45
Grupo BNP Paribas	(100.972)	342.211	(400.939)	(492.004)
<b>Depósitos de instituições financeiras/Clientes</b>	<b>(3.388.282)</b>	<b>(38.771)</b>	<b>(615.740)</b>	<b>(37.133)</b>
BNP Paribas - Paris	(3)	-	(6)	-
Grupo Arval	(28.576)	(3.159)	(70.354)	(2.504)
Grupo BNP Paribas	(155.175)	(23.755)	(504.038)	(31.294)
Grupo CARDIF	(67)	-	(59)	(1)
Grupo Cetelem	(3.204.461)	(11.857)	(41.283)	(3.334)
<b>Títulos de dívida emitidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>
BNP Paribas Participações e Serviços Ltda	-	-	-	(2)
<b>Obrigações por empréstimos e repasses</b>	<b>(6.936.140)</b>	<b>(388.141)</b>	<b>(8.205.854)</b>	<b>(1.051.434)</b>
BNP Paribas - Paris	(5.293.345)	(220.345)	(6.729.939)	(779.514)
Grupo BNP Paribas	(1.642.795)	(167.796)	(1.475.915)	(271.920)
<b>Ativos/Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado</b>	<b>(1.144.318)</b>	<b>(296.889)</b>	<b>(1.116.947)</b>	<b>229.008</b>
BNP Paribas - Paris	(391.959)	(220.917)	(419.582)	354.061
Grupo Arval	(11.345)	119	3	40
Grupo BNP Paribas	(741.015)	(78.354)	(697.368)	(126.148)
Grupo CARDIF	-	2.241	-	1.046
Grupo Cetelem	1	22	-	9
<b>Outros Ativos financeiros</b>	<b>19.439</b>	<b>35.494</b>	<b>77.831</b>	<b>102.261</b>
BNP Paribas - Paris	16.688	17.004	73.313	74.460
Grupo Arval	798	646	633	784
Grupo BNP Paribas	1.882	15.706	222	21.478
Grupo CARDIF	71	1.165	3.663	5.539
Grupo Cetelem	-	973	-	-

#### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Banco, Instituição líder, é administrado por uma Diretoria. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Diretoria será composta por um Diretor Presidente e Diretores sem designação específica. A remuneração atribuída aos Diretores no exercício que representam benefícios de curto prazo foi de R\$21.754 (em 2018 R\$23.424), benefícios de longo prazo de R\$11.172 (em 2018 R\$5.276) e não existem benefícios pós empregos e remuneração em ações.

### 36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos após a data de balanço que poderiam requerer divulgação ou resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis.

CONTADOR

Marcelo Marques Sellan - CRC 1SP213451/0-8



**São Paulo**

Av. Pres. Juscelino Kubitscheck, 1909, 10º andar  
Torre Sul - São Paulo - SP - CEP 04543-906  
+55 11 3841 3100  
+55 11 2360 3100

**Rio de Janeiro**

Av. Borges de Medeiros, 633 - Sala 405 - 4º andar  
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22430-041  
+55 21 3094 8200  
+55 21 3094 8231

**Minas Gerais**

Rua Antonio de Albuquerque, 271 - 15º andar  
Belo Horizonte - MG - CEP 30112-010  
+55 31 3254 1250  
+55 31 3254 1260

**Paraná**

Rua Carneiro Lobo, 468 - 2º andar  
Curitiba - PR - CEP 80240-240  
+55 41 3099 7250  
+55 41 3099 7260

**BNP PARIBAS**

O banco  
para um mundo  
em mudança